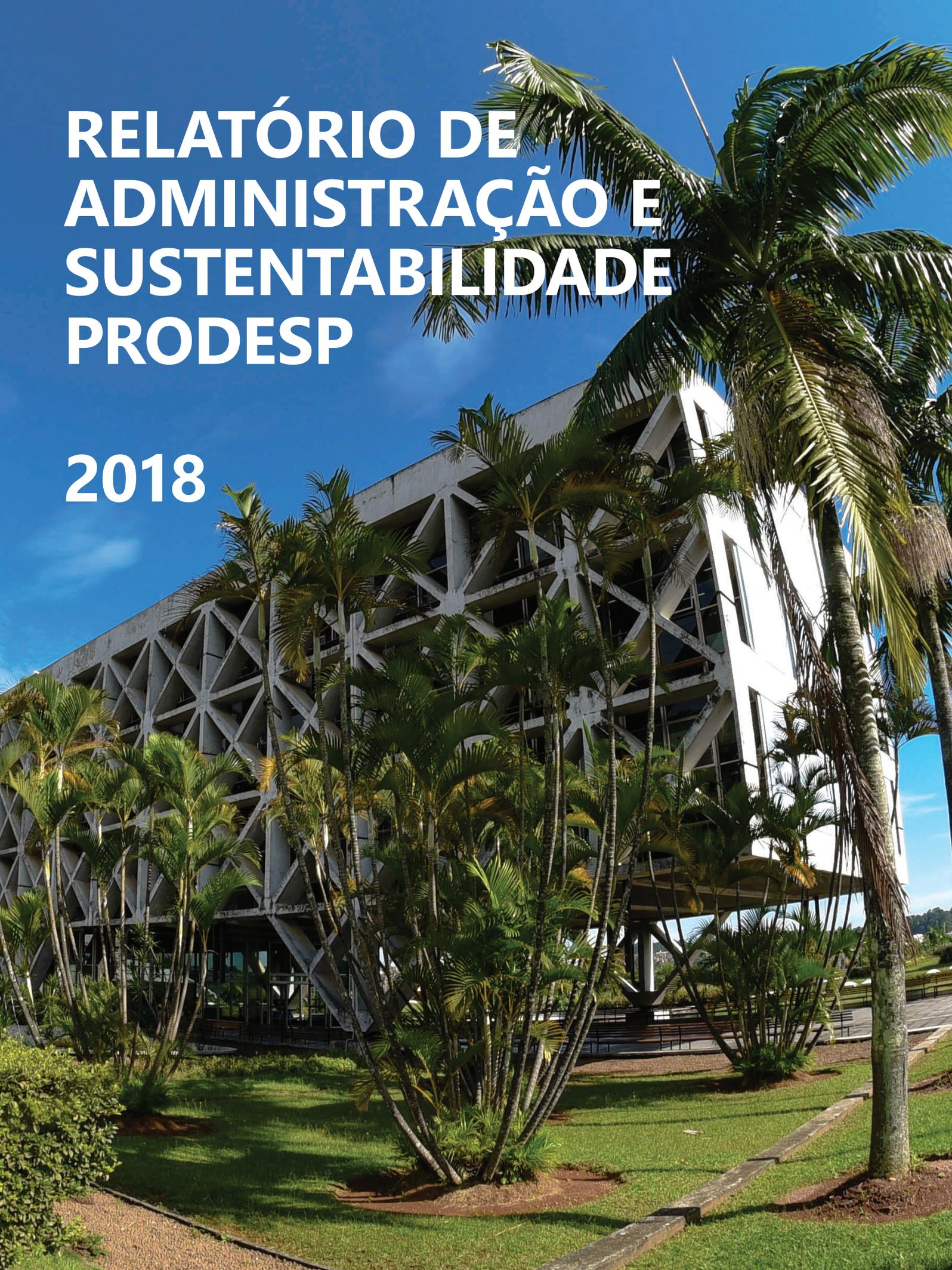


RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PRODESP

2018



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Interessados,

Em consonância com seu Plano de Negócios de 2018, a Prodesp manteve como foco de atuação os chamados projetos estruturantes de sistemas de informação e de infraestrutura de TIC, isto é, aquelas soluções que já estão trazendo ou trarão ganhos expressivos para a gestão do Estado e o atendimento ao cidadão.

Nesse sentido, dentre as entregas efetuadas no período, destaque para a evolução do Poupatempo 2ª Geração, com a criação de um novo canal telefônico de atendimento automático e o início da implantação do Sistema de Relacionamento com o Cidadão; a extensão do Inquérito Policial Eletrônico para todas as cerca de 1,4 mil unidades policiais do Estado; a conclusão da implantação do licenciamento integrado no portal Via Rápida Empresa, da Jucesp, permitindo a legalização de negócios totalmente pela Internet; e a elevação do nível de maturidade de implantação do S4SP, sistema que vem sendo adotado pela rede de hospitais e ambulatórios da Secretaria da Saúde.

Em termos dos projetos estruturantes de infraestrutura de TIC, podem ser mencionadas a contratação da Intragov V, a ser implementada a partir de março de 2019, cujo processo licitatório resultou em preços 44,11% menores do que aqueles atualmente pagos pelos órgãos do Estado pelos links de comunicação de dados da Intragov IV; e a expansão da telefonia digital, a Intragov VoIP, para novos órgãos. Especificamente em relação à Intragov VoIP, vale ressaltar a aferição dos primeiros resultados de economia para os cofres públicos, que ficaram bastante acima do percentual inicialmente projetado.

Também merecem especial menção os resultados alcançados em dois importantes programas do Governo do Estado de São Paulo conduzidos pela Prodesp: o Poupatempo e o Acessa SP. Em 2018, foi implantado o 72º posto do Poupatempo, na cidade de São Vicente. Paralelamente, o Poupatempo Santo Amaro foi transferido para um shopping center, com total isenção de aluguel para o Estado. Já no âmbito do Acessa SP, com o intuito de adequá-lo às novas demandas, foram instalados os três primeiros Acessa Campus, espaços de coworking público que objetivam incentivar o desenvolvimento da economia criativa e do empreendedorismo.

Do ponto de vista financeiro, a receita líquida de vendas apresentou leve oscilação negativa de 0,6%, ainda em decorrência da manutenção da política de repasse dos ganhos de produtividade aos clientes, mediante descontos, não reajuste de preços ou reajuste abaixo dos índices oficiais. O resultado líquido do exercício, porém, foi 120,7% superior ao de 2017, muito em função dos esforços para redução dos custos dos serviços e de despesas. A produtividade média por empregado manteve a trajetória ascendente dos últimos anos, crescendo 4,3% em relação ao ano anterior.

Dentro do processo de adequação à Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), em 2018 foi instalado o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e entrou em vigor o novo Código de Conduta e Integridade da empresa, bem como foi aberto na Internet Canal de Denúncias, possibilitando a qualquer interessado, com total sigilo, denunciar práticas de corrupção, fraudes e outros ilícitos envolvendo a companhia ou seus funcionários.

O resultado da Pesquisa Anual de Satisfação dos Clientes, realizada por instituto independente, superou a marca de 2017, passando de 8,14 para 8,26, melhor resultado em oito anos. A satisfação dos funcionários, medida por meio de pesquisa de clima organizacional conduzida por consultoria especializada, também teve o seu melhor resultado em oito anos de aferição, 74,31%, ficando, assim, muito próxima da meta perseguida de 75%.

Duas novas janelas de adesão ao Programa de Demissão Voluntária foram abertas no exercício. Mais 49 funcionários entraram no PDV, chegando-se, dessa forma, ao total de 142 adesões entre 2017 e 2018, o que proporcionará uma economia estimada de cerca de R\$ 20 milhões / ano nas despesas com pessoal. Os investimentos em capacitação técnica, administrativa e gerencial de funcionários atingiram R\$ 1,2 milhão e cerca de 44,9 mil horas / homem em 2018.

Para atendimento à Lei federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, foi instituído grupo de trabalho com a finalidade de se avaliar o impacto do novo dispositivo legal na atuação da empresa e propor ações de adequação, para que a companhia esteja em conformidade até o prazo final estabelecido de 18 meses.

Em relação à estrutura organizacional, cumpre destacar a transformação da Gerência de Qualidade, Inovação e Metodologia em Núcleo de Inovação Tecnológica da Prodesp, com as atribuições de fazer a gestão da política de inovação da empresa.

No campo da responsabilidade social, entre várias outras ações realizadas no período, o destaque foi a participação na Campanha do Agasalho promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. As doações de funcionários da Prodesp, do Poupatempo, de empresas parceiras e do cidadão usuário do Poupatempo totalizaram perto de 507 mil peças de roupas, calçados e cobertores, que beneficiaram 230 instituições e obras sociais de todo o Estado.

A seguir, são apresentados de forma detalhada esses e outros resultados da companhia em 2018. A íntegra do Relatório de Administração e de Sustentabilidade da Prodesp, do ano de 2018, encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas e demais interessados na sede da empresa e na Internet, no endereço www.prodesp.sp.gov.br.

Carlos André de Maria de Arruda
Presidente

1 . Atendimento ao Cidadão	
Poupatempo	9
Poupatempo 2ª Geração	10
SP Serviços	11
Acessa SP	12
2 . Desenvolvimento de Sistemas	
Detecta	14
Modernização da Delegacia Eletrônica	14
Inquérito Policial Eletrônico	15
Poupatempo do Empreendedor	15
Compras Eletrônicas	16
Secretaria Escolar Digital	16
Saúde Pública	17
Recursos Humanos do Estado	17
Via Fácil Bombeiros	18
Controle Sanitário de Alimentos	18
Habilitação e Veículos	19
Multas Municipais de Trânsito	19
Outras Ações	20
3 . Operações e Infraestrutura	
Capacidade Operacional	23
Intragov	23
Intragov VoIP	24
Nuvem Prodesp	24
Moving Data Center	25
Grandes Volumes	25
Outros Resultados	26
4 . Gestão Empresarial	
<i>Aspectos Econômico-Financeiros</i>	
Resultado Líquido	28

Receita Líquida	29
Produtividade Média por Empregado	29
Geração Operacional de Caixa	30
Patrimônio Líquido	30
Investimentos	31
Distribuição do Valor Adicionado	32
Desempenho Operacional Financeiro	33
Indicadores Financeiros	35
<i>Outros Resultados</i>	
Reconhecimento	36
Satisfação de Clientes	36
Clima Organizacional	36
Capacitação de Colaboradores	37
Demissão Voluntária	37
Natureza Jurídica	37
Proteção de Dados	38
NIT Prodesp	38
Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno	39
Comitê de Auditoria Estatutário	39
Responsabilidade Social	40
Outras Ações	41
Declaração da Diretoria	41
Relacionamento com os Auditores	41
5 . Demonstrativos Financeiros	
Balancos Patrimoniais	43
Demonstrações do Resultado	45
Demonstrações do Resultado Abrangente	46
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	47
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	48
Demonstrações do Valor Adicionado	49
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	50
Relatório dos Auditores Independentes	73
Parecer do Conselho Fiscal	76
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário	77

1 . Mensagem da Administração	80
2 . Sobre o Relatório	
2.1. Relato	82
2.2. Matriz de Materialidade	83
3 . Perfil Organizacional	
3.1. A Companhia	84
3.2. Compromissos	86
3.3. Associações	89
3.4. Produtos e Serviços	90
3.5. Prêmios e Reconhecimentos	91
4 . Governança	
4.1. Diretrizes Corporativas	92
4.2. Nossos Valores	93
4.3. Órgãos de Governança	94
4.4. Código de Conduta e Integridade	98
4.5. Canal de Denúncias	99
4.6. Ouvidoria	99
4.7. SIC Prodesp	100
4.8. Gestão de Relacionamento	100
4.9. Clima Organizaconal	102
5 . Gestão Financeira	103
6 . Gestão Ambiental	
6.1. Áreas Protegidas e Reservas	104
6.2. Energia	105
6.3. Água e Efluentes	106
6.4. Reciclagem	106
6.5. Gases de Efeito Estufa - GEE	107

7 . Gestão Social	
7.1. Práticas Trabalhistas	108
7.2. Treinamentos	109
7.3. Saúde	111
7.4. Sociedade	112
7.5. CoopJovem	113
7.6. Campanha do Agasalho	114
7.7. Adote um Sorriso	115
7.8. Doação de Sangue	115
7.9. Fio Generoso	116
7.10. Dependência Química	117
7.11 Visitas Corporativas	118
7.12 Incentivo à Cultura	119
8 . Relatório de Asseguração	120
9 . Sumário de Conteúdo GRI	122

1

**Atendimento
ao Cidadão**

Poupatempo

Em 2018, São Paulo ganhou uma nova unidade do Poupatempo, na cidade de São Vicente. Com isso, chegou-se a 72 postos fixos do programa distribuídos por todo o Estado, além de uma unidade móvel que atende na Capital e Grande São Paulo. O Poupatempo Jacareí foi transferido para um novo espaço, o que trouxe economia de aluguel para a prefeitura local e a disponibilização de serviços estaduais e municipais na região central da cidade. Também o Poupatempo Santo Amaro mudou de endereço, para um espaço de cerca de 4,8 mil metros quadrados dentro de um shopping center, o que permitiu a modernização de suas instalações e proporcionará ao Estado uma economia anual de mais de R\$ 3 milhões com a isenção do aluguel. Diferentes postos passaram a oferecer novos serviços estaduais ou municipais, como os da Imprensa Oficial, no Poupatempo Lapa; a emissão emergencial de RG para viagens, na unidade Campinas Shopping; e o cadastramento de cães e gatos para castração, no posto de São José do Rio Preto. O sistema de agendamento, que permite atendimento com hora marcada, foi estendido para novos serviços, como os do Tribunal Regional Eleitoral, em 14 postos; da Sabesp, em 16 postos; e do Procon, em 3 postos. Ocorreu, ainda, o desenvolvimento de uma grade de atendimento inteligente, que permitirá otimizar, de forma automática, a distribuição de horários com base no comportamento histórico do posto. A nova agenda foi colocada em operação piloto nos Poupatempo Jundiaí e São Bernardo do Campo. Ao longo do ano, o Poupatempo realizou uma média de 128 mil atendimentos diários e ultrapassou a marca de 614 milhões de atendimentos acumulados desde sua criação em 1997. Na pesquisa anual de satisfação do cidadão, realizada por instituto independente, o Poupatempo obteve 98,82% de aprovação. Em 2018, pelo quarto ano consecutivo, o Poupatempo foi eleito pelos paulistanos, em pesquisa do Datafolha, o Melhor Serviço Público de São Paulo. (*Secretaria de Governo*)

Poupatempo 2ª Geração

No âmbito das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração, que visa oferecer uma maior gama de serviços eletrônicos e canais de atendimento simplificados, houve a criação de um novo canal de atendimento automático, por meio de telefone e com o uso de URA (Unidade de Resposta Audível), disponível 24 horas por dia e onde o cidadão pode obter informações sobre serviços e agendar atendimento. Também foram implantadas novas versões do Portal do Poupatempo, com melhor usabilidade e interface responsiva, para adaptação automática às telas de dispositivos móveis, e do Poupinha, o assistente virtual inteligente que auxilia o cidadão no Portal do Poupatempo, fornecendo informações sobre serviços e ajudando a agendar atendimento. Em 2018, o Poupinha realizou mais de 5,1 milhões de agendamentos e trocou cerca de 120 milhões de mensagens com o cidadão. Os totens de autoatendimento ganharam novos serviços relacionados à Carteira de Habilitação e a veículos. Hoje, o Poupatempo conta com 114 totens de autoatendimento, sendo 31 deles em espaços fora dos postos, como shopping centers, supermercados e estações do Metrô e da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. No ano, 4,7 milhões de transações foram realizadas nesses totens, entre serviços e agendamentos. O Sistema de Atendimento, que permite acompanhar cada passo do processo de atendimento ao cidadão, da sua identificação à conclusão do serviço, foi estendido para 22 novos postos. Já o Sistema de Relacionamento, que facilitará a interação com o cidadão, por meio da oferta de serviços ou informações personalizadas, de acordo com o seu perfil, teve desenvolvidas as quatro primeiras interações. O cidadão que usa um dos 29 postos que já contam com o Sistema de Atendimento pode, se for o caso, receber mensagens de e-mail sugerindo a criação de senha forte ou o complemento de cadastro para acesso a serviços eletrônicos; estimulando a troca do agendamento presencial de serviços pelos canais virtuais; ou divulgando campanhas / assuntos de interesse específico do cidadão e/ou do Poupatempo. *(Secretaria de Governo)*

SP Serviços

O hub de aplicativos mobile do Governo do Estado de São Paulo, que reúne num único local dezenas de apps de diferentes órgãos estaduais, ganhou mais três novos aplicativos que permitem emitir segunda via de conta e informar vazamentos e falta de água (Sabesp); comunicar problemas ou sugerir melhorias nas rodovias estaduais operadas por concessionárias, inclusive com o envio de fotos ou vídeos (Artesp - Agência de Transporte do Estado de São Paulo); e realizar serviços relativos ao Gedave - Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal (Secretaria de Agricultura e Abastecimento). Também foram disponibilizados novos serviços em aplicativos já existentes, como a indicação de motorista infrator por meio de selfie, com assinatura na tela sensível do próprio dispositivo (Detran.SP; a consulta sobre a qualidade das praias (Cetesb); a doação automática de cupons fiscais da Nota Fiscal paulista a entidades específicas (Secretaria da Fazenda e Planejamento); e o registro de consultas /reclamações de consumidores (Procon-SP) . Uma das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração, o SP Serviços conta atualmente com 43 apps. No encerramento de 2018, o SP Serviços e seus aplicativos, somados, contabilizavam 17,2 milhões de downloads acumulados desde 2014, ano de seu lançamento. *(Vários Órgãos)*

AcessaSP

A reestruturação do programa ACESSA São Paulo, com o objetivo de ampliar a eficiência na gestão e na prestação dos serviços, teve prosseguimento em 2018, com a desativação de 97 postos que apresentaram taxa de ocupação inferior a 50% por seis meses consecutivos. O programa encerrou 2018 com 455 postos em funcionamento, em 338 municípios. No ano, foram ampliados os serviços do ACESSA em assentamentos estaduais em parceria com a Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Onze centros digitais, com computadores e conexão à internet, estão em implantação no Pontal do Paranapanema. Também foi revitalizado o posto do ACESSA no CIC - Centro de Integração da Cidadania da Barra Funda, na Capital, para ampliar o atendimento a imigrantes e refugiados. Em outra frente, foram instalados três espaços piloto do ACESSA Campus, projeto de coworking público criado pelo Governo do Estado para impulsionar a economia criativa. A inovação visa também ampliar a eficácia do ACESSA na prestação dos serviços, tornando-o mais aderente às demandas atuais da sociedade. Os três postos de coworking público, instalados na Etec Parque da Juventude, no Memorial da América Latina e na Biblioteca do Parque Villa-Lobos, na Capital, têm capacidade para atender 120 empreendedores individuais, micro ou pequenas empresas selecionados por chamamento público, os quais têm à sua disposição salas de trabalho compartilhadas, com acesso à Internet, mentoria e capacitação. Resultado de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, a Organização Social SP Leituras e a Fundação Telefônica, o ACESSA Campus busca desenvolver pessoas e equipes, aprofundando seus conhecimentos e acelerando seus projetos e negócios. Em 2018, os residentes tiveram a oportunidade de participar de 140 eventos de formação empreendedora, por meio de parcerias sem custo para o Estado. Criado há 18 anos, o ACESSA já realizou mais de 95 milhões de atendimentos e conta com cerca de 3,5 milhões de usuários cadastrados, 101 mil dos quais em 2018. (*Secretaria de Governo*)

2

Desenvolvimento de Sistemas

Detecta

As cidades de São Carlos e de Santos tiveram suas câmeras de videomonitoramento e leitores de placas de veículos conectados ao Detecta, sistema inteligente que auxilia as Polícias Civil e Militar na prevenção e combate à criminalidade. As prefeituras interligadas ao sistema passam a ter acesso em tempo real aos alertas de potenciais situações suspeitas / crimes emitidos pelo Detecta para sua região. O Detecta agrega e correlaciona diferentes bases de dados, como as de boletins de ocorrência, de veículos furtados e roubados e de chamados do 190, além de imagens - em tempo real ou armazenadas - de câmeras públicas e privadas. O Detecta encerrou o ano de 2018 com cerca de 3,2 mil leitores automáticos de placas de veículos e 1,7 mil câmeras de videomonitoramento ativos no sistema, mais de 9 mil usuários cadastrados e 120 milhões de pesquisas realizadas pelas viaturas da Polícia Militar, acumuladas desde setembro de 2015, ano em que o sistema começou a operar. *(Secretaria da Segurança Pública)*

Modernização da Delegacia Eletrônica

Desenvolvida em 2017, a nova versão da Delegacia Eletrônica, sistema que permite o registro de boletins de ocorrência pela Internet, foi colocada em operação em 1018. Com ela, já na primeira tela o cidadão sabe com clareza se a natureza de sua ocorrência permite fazer o BO pela Internet ou não. Durante o registro, ele é conduzido por um passo a passo, garantindo que todas as informações necessárias sejam fornecidas. A nova Delegacia Eletrônica também é responsiva, isto é, se adapta automaticamente à tela de dispositivos móveis. O objetivo da modernização da Delegacia Eletrônica é estimular seu uso pelo cidadão, dispensando sua ida até uma unidade policial. Em 2018, cerca de 37% dos BOs registrados nas delegacias físicas poderiam ter sido feitos pela Internet, dada a natureza das ocorrências. Esse número foi de 46% em 2017 e 44% em 2016. O maior uso da Delegacia Eletrônica proporcionará comodidade e rapidez a quem faz o BO pela Internet, bem como, com a diminuição do fluxo às delegacias físicas, permitirá um melhor atendimento àqueles que necessitam registrar a ocorrência presencialmente. *(Secretaria da Segurança Pública)*

Inquérito Policial Eletrônico

O sistema que permite que todas as etapas de um inquérito, da instauração ao seu ajuizamento junto ao Tribunal de Justiça, sejam realizadas de forma eletrônica, foi estendido para mais cerca de 600 unidades da Polícia Civil. Com isso, já está disponível para todas as mais de 1400 unidades policiais do Estado de São Paulo. A aplicação também recebeu melhorias durante o ano, como o envio automático de e-mail ao Ministério Público, sempre que se tratar de inquérito de flagrante, e a disponibilização da pasta digital do inquérito no Portal de Documentos, possibilitando sua consulta, por exemplo em uma audiência de custódia, caso a pasta do Tribunal de Justiça esteja temporariamente indisponível. O Inquérito Policial Eletrônico dá maior rapidez aos procedimentos de instauração, condução e ajuizamento; proporciona economia de tempo e dinheiro, com a dispensa do transporte físico de documentos em papel; libera espaço nas delegacias com o fim dos arquivos físicos; e elimina o risco de extravio ou perda de documentos. A segurança de todo o processo é garantida com o uso de certificação digital.. *(Secretaria da Segurança Pública / Tribunal de Justiça)*

Poupatempo do Empreendedor

Houve a conclusão da integração dos dois últimos órgãos estaduais licenciadores ao Portal Via Rápida Empresa: o Corpo de Bombeiros (empreendimentos de alto risco) e a Cetesb (empreendimentos de baixo e alto riscos). Com exceção de casos excepcionais, o empreendedor interessado pode executar pela Internet todos os procedimentos necessários para legalização de seu negócio, com a obtenção online de um Certificado de Licenciamento Integrado, com as autorizações, conforme o tipo de negócio, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do Centro de Vigilância Sanitária e da Cetesb. Além dos órgãos licenciadores, o Poupatempo do Empreendedor reúne centenas de prefeituras, que são responsáveis pela análise da viabilidade de localização dos empreendimentos. A cidade de São Paulo tornou-se, em dezembro de 2018, o 339º município paulista a aderir ao Poupatempo do Empreendedor, solução que desburocratiza o processo de abertura de empresas, traz comodidade e economia de tempo e dinheiro ao empreendedor, e minimiza a redundância de dados e erros cadastrais. Desde abril de 2017, já foram legalizados de forma integrada no Poupatempo do Empreendedor cerca de 400 mil negócios. Em 75% dos casos, o processo de licenciamento foi finalizado em até cinco dias. *(Junta Comercial do Estado de São Paulo)*

Compras Eletrônicas

A Bolsa Eletrônica de Compras, que já proporcionou aos cofres públicos uma economia estimada de mais R\$ 31 bilhões em 18 anos nas aquisições de bens e serviços, foi incrementada com a implantação do Preços SP, ferramenta que, a partir dos dados das contratações efetuadas, fornecerá os preços médios, mínimos e máximos praticados para cada item. Essas informações poderão ser utilizadas pelas diferentes unidades compradoras do Governo em substituição às pesquisas de preços para formulação do preço de referência, trazendo mais agilidade e redução de custos no ciclo de compras. Também foi iniciado, pelo modo de disputa aberto, o desenvolvimento das funcionalidades para disponibilizar as novas modalidades licitatórias previstas na Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Ocorreu, ainda, o desenvolvimento da primeira etapa do SCT - Sistema de Consolidação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado, que centralizará e encaminhará ao sistema Audesp (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos), as informações relativas às licitações realizadas pelos órgãos das administrações direta e indireta do Estado de São Paulo, capturadas automaticamente na BEC, no Siafem e no Siafísico ou inseridas pelos próprios órgãos diretamente no SCT, no caso de informações não contempladas no processo de coleta automático. *(Secretaria da Fazenda e Planejamento)*

Secretaria Escolar Digital

Construído modelo preditivo baseado em inteligência artificial que permitiu identificar, em cada uma das cerca de 5,5 mil escolas estaduais, alunos com alto risco de evasão escolar. A probabilidade de evasão, calculada a partir de uma série de premissas, foi encaminhada a cada escola, com o intuito de que estas implementem ações que estimulem a permanência de tais estudantes em sala de aula. Pais e alunos ganharam o aplicativo Minha Escola SP, que permite consultar no celular as notas dos alunos, fazer o download do boletim e avaliar a merenda escolar, além de trazer uma versão eletrônica da Carteira de Estudante. O objetivo do aplicativo é aumentar o engajamento dos alunos com a escola e a participação da família em sua vida escolar. O Sistema de Atribuição de Aulas foi remodelado e tornou-se um módulo da Secretaria Escolar Digital. Do mesmo modo, também foi migrado para a plataforma o Sistema de Gestão da Merenda Escolar, que contempla os processos de planejamento, compra, gestão dos contratos de fornecimento, estocagem, distribuição e controle financeiro, atendendo a cerca de 3,4 mil escolas estaduais. O funcionamento da Secretaria Escolar Digital é análogo ao de uma solução ERP, integrando numa única plataforma os diferentes processos administrativos de uma escola. *(Secretaria de Educação)*

Saúde Pública

Teve prosseguimento a implantação do S4SP, sistema de gestão da saúde que está padronizando e centralizando as informações de atendimento na rede pública estadual. Mais doze unidades de saúde, entre hospitais e ambulatórios chegaram ao nível de maturidade 3. Agora já são 16 unidades nesse nível, que é atingido quando estão informatizadas as áreas de atendimento médico - admissão de pacientes, controle de leitos, agendamento, laboratório de análises clínicas etc - e de faturamento ao SUS. Também foi implantada, em cinco unidades, a primeira versão do Registro Eletrônico de Saúde, que permite ao médico visualizar todo o histórico de atendimento do paciente na unidade, como internações, exames e procedimentos à que foi submetido, direto no celular, facilitando o atendimento junto aos leitos. Hoje, 33 unidades de saúde, que somam 38 locais de atendimento, estão com o S4SP em diferentes estágios de implantação. Em outra frente, o recurso de controle de lote e validade dos medicamentos do sistema GS-Net, adotado em caráter piloto na Farmácia de Alto Custo de Guarulhos em 2017, foi levado para outras 25 farmácias de alto custo do Estado. Integrado ao Medex - Sistema de Dispensação de Medicamentos Excepcionais, esse recurso garante a rastreabilidade do medicamento dispensado, além de permitir gerenciar o estoque de forma a priorizar sempre a liberação dos medicamentos com data de vencimento mais próxima, evitando-se assim perdas por expiração do prazo de validade. O GS-Net informatiza a gestão de toda a cadeia de suprimentos da Secretaria da Saúde, do planejamento das compras e controle de estoque até a entrega dos medicamentos ao cidadão ou a unidades de saúde. Entre seus benefícios, estão a redução de custos, controles financeiros mais precisos, diminuição do desperdício e maior garantia de disponibilidade dos medicamentos para a população. *(Secretaria da Saúde)*

Recursos Humanos do Estado

A primeira fase de desenvolvimento do sistema que possibilitará a gestão completa da vida funcional dos servidores da administração direta e autárquica, e que abrange os processos de ingresso, foi concluída e colocada em homologação. O Sistema RH-Folha contemplará todos os eventos da vida funcional, como ingresso, frequência, benefícios e vantagens, evolução na carreira, contagem de tempo e aposentadoria / pensão. Entre outras vantagens, o sistema disponibilizará automaticamente informações para cálculo da folha de pagamento do Estado, agilizará a obtenção de informações consistentes e os processos de concessão de benefícios e aposentadoria, bem como reduzirá custos com a eliminação de controles paralelos e processos manuais. *(Secretaria da Fazenda e Planejamento)*

Via Fácil Bombeiros

O portal que permite solicitar o licenciamento de edificações junto ao Corpo de Bombeiros pela Internet, com envio da documentação, inclusive a planta do imóvel, pagamento de taxas e emissão da licença, ganhou novos módulos: os Sistemas de Fiscalização e de Credenciamento. O primeiro deles gerencia todos os procedimentos relacionados à atividade de fiscalização, como a emissão de ordens de fiscalização, relatórios de vistoria, aplicação e pagamento de multas, e entrada / acompanhamento de recursos. Os interessados podem acompanhar todo o processo pela web. Já o Sistema de Credenciamento cadastra e controla as escolas de formação de bombeiros civis e os profissionais habilitados nesses locais. O Via Fácil Bombeiros simplifica e padroniza a solicitação e a emissão de licenças do Corpo de Bombeiros (AVCB e CLCB), diminui o risco de fraudes e reduz custos para o Estado e os interessados. Permite, inclusive, que o cidadão consulte a existência e/ou a autenticidade da licença de qualquer edificação por meio de aplicativo disponível no SP Serviços. *(Corpo de Bombeiros)*

Controle Sanitário de Alimentos

O módulo de Gestão de Agrotóxicos do Gedave - Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal, que permite o rastreamento de todo o ciclo do uso de agrotóxicos na agricultura paulista, desde sua produção ou importação até o descarte de resíduos e das embalagens vazias, passou por melhorias, como o desenvolvimento de webservices para envio online de informações por parte das empresas integrantes dessa cadeia produtiva. A funcionalidade foi colocada em homologação, tendo sua implantação prevista para 2019. Paralelamente, teve continuidade o desenvolvimento do Módulo de Controle de Antígenos e Tuberculinas, substâncias veterinárias utilizadas nos exames de tuberculose e brucelose, com a disponibilização de funcionalidades para controle de entrada, saída, requisição e descarte desses insumos e consultas públicas. Também foi iniciada a implantação do Módulo de Mitigação de Riscos, onde os produtores rurais deverão registrar ações de combate ao cancro cítrico em suas propriedades, bem como colocado em operação piloto o Módulo de Controle de Viveiros de Plantas e Mudas, relativo à cultura de citros, café e seringueira. Além de oferecer uma série de recursos que facilitam a vida do produtor rural, como a emissão de guias de transporte animal e vegetal via Internet, o Gedave torna mais eficiente o controle da qualidade sanitária de produtos agropecuários no Estado. *(Secretaria de Agricultura e Abastecimento)*

Habilitação e Veículos

Em atendimento à Resolução Contran nº 729/2018, foram realizadas as adequações sistêmicas necessárias para a adoção da placa veicular no padrão Mercosul. As modificações envolveram sistemas de diferentes órgãos, como os do Detran.SP, das Secretarias da Segurança Pública e da Fazenda e Planejamento, e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Em 2018, também ocorreu a implantação da CNH Digital no Estado, versão eletrônica do documento que fica disponível no celular do condutor, eliminando a necessidade do porte do documento em papel. Houve, ainda, o desenvolvimento de solução que será implantada em 2019 para renovação simplificada da CNH. Desde que não haja necessidade de alteração de dados do prontuário, ela permitirá que o condutor realize o serviço sem ir a qualquer unidade do Detran.SP. Bastará fazer a solicitação na Internet, realizar o exame médico em um perito credenciado, pagar a taxa e aguardar o documento chegar pelos Correios. O sistema e-CNHsp ganhou funcionalidade que permite aos centros de formação de condutores agendarem o exame prático de direção de seus alunos direto na Internet. Outra funcionalidade análoga, a ser disponibilizada em 2019, também foi desenvolvida para que o cidadão marque via web o exame teórico da Carteira de Habilitação. *(Detran.SP)*

Multas Municipais de Trânsito

Os municípios usuários do SIM - Sistema Integrado de Multas passaram a contar com novos recursos. Entre as novidades, estão o talonário eletrônico, que possibilita o uso de dispositivos móveis para lavratura das multas; o cadastramento de veículos públicos isentos, isto é, que, de acordo com lei municipal, não podem ser multados; a aplicação de multas a pessoas jurídicas que não indicam o condutor de veículos autuados; e a emissão e gestão de cartões de estacionamento para idosos e deficientes. Integrado ao Detran.SP e já utilizado por 53 municípios paulistas, o SIM é uma solução que possibilita o gerenciamento completo do ciclo de vida das multas de trânsito: da autuação e envio das notificações ao infrator até o pagamento, a interposição e o julgamento de recursos. *(Prefeituras)*

Outras Ações

- Implantação do Talonário Eletrônico de Multas para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, permitindo a autuação de motoristas infratores direto em dispositivos móveis, o que dispensa a transcrição ou digitalização dos autos, minimiza erros e agiliza o encaminhamento das respectivas notificações ao cidadão.
- Integração do Sistema da Vara das Execuções Criminais, do Tribunal de Justiça do Estado, ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, plataforma do Conselho Nacional de Justiça que permite acompanhar em tempo real o cumprimento das ordens de prisão e de soltura expedidas em todo o País.
- Disponibilização de Sistema de Gestão para a realização dos feirões de sorteio de crédito imobiliário da Secretaria de Habitação, envolvendo 961 apartamentos na cidade de São Paulo e 43 mil imóveis em 14 regiões administrativas do Estado e na Capital.
- Implantação no Sistema de Informação em Vigilância Sanitária, do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde, de recurso para emissão e gestão informatizada de multas aplicadas a estabelecimentos infratores.
- Manutenção evolutiva do Siscoe - Sistema de Contas Estaduais, do Tribunal de Contas do Estado, com melhorias nos Relatórios de Síntese e Consolidado, entre outros ajustes.
- Início do desenvolvimento de assistente virtual inteligente, do tipo chatbot, para auxiliar os usuários do sistema e-CNHsp - médicos, psicólogos e centros de formação de condutores envolvidos nos processos de expedição da Carteira de Habilitação.
- Incremento do Sistema de Apoio às Fiscalizações, da Arsesp - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, com a disponibilização de rotina para análise e gestão das manifestações das concessionárias fiscalizadas.
- Implantação de funcionalidade no Sistema de Frentes de Trabalho que permite à Secretaria de Desenvolvimento Econômico convocar candidatos para complementar turmas cujas vagas não foram totalmente preenchidas.
- Adoção de melhorias no Sistema de Ato Convocatório e Cobrança, do DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, contemplando, entre outras funcionalidades, o cálculo da cobrança e o cadastro de empreendimentos para uso de recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implantação em caráter piloto do Canal de Denúncias da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, que permite a qualquer interessado denunciar pela Internet situações em desacordo com o Código de Conduta e Integridade da companhia, como fraudes, irregularidades contábeis e fiscais, entre outras violações.
- Implantação do site Trabalho sem Assédio Sexual - www.trabalhosemassediosexual.sp.gov.br -, da Corregedoria Geral da Administração, que permite a qualquer servidor que tenha sido vítima ou presenciado situação de assédio registrar uma denúncia.
- Disponibilização de novas funcionalidades no Sistema de Ouvidorias, da Ouvidoria Geral do Estado, possibilitando a usuários autorizados, por exemplo, a reabertura e reclassificação de demandas já encerradas.

- Expansão do SP.Doc, solução referencial de gestão de documentos do Arquivo Público do Estado, para novos órgãos como o Hospital das Clínicas de São Paulo, o Centro Paula Souza e o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros.
- Desenvolvimento de aplicativo, em homologação pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que permitirá ao servidor estadual da administração direta consultar em dispositivos móveis demonstrativos de pagamento e atestados de rendimento.
- Implantação de Sistema Integrado de Atendimento ao Consumidor para o Procon-SP, permitindo a gestão unificada das consultas e reclamações recebidas pelo órgão em seus diferentes canais de atendimento ao cidadão.
- Disponibilização de novas funcionalidades no portal da PGE - Procuradoria Geral do Estado que permitem ao contribuinte, diretamente na Internet, solicitar o parcelamento de débitos da dívida ativa (Simples Nacional e ICMS - Substituição Tributária), bem como ofertar precatórios como forma de pagamento.
- Implantação da Folha de Antecedentes Criminais Digital, no sistema de Identificação Criminal, da Polícia Civil, reduzindo custos para o Estado, com a eliminação do papel, e agilizando o atendimento a solicitações do documento por órgãos como o Tribunal de Justiça.
- Integração do Sistema de Identificação Civil, do IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt à Receita Federal do Brasil, possibilitando a emissão do CPF a menores de 16 anos quando estes solicitam sua primeira Carteira de Identidade.
- Interligação do Sistema de Agendamento de Teleaudiências Criminais ao Sistema de Movimentação da População Carcerária, da Secretaria da Administração Penitenciária, para consulta do paradeiro e situação do preso, agilizando os procedimentos de marcação das audiências à distância, que permitem ao juiz ouvir o interno sem que este saia do estabelecimento prisional.
- Implantação do Sistema Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, da Secretaria de Esportes, que permite a qualquer interessado, via Internet, encaminhar e acompanhar a aprovação de projetos para captação de patrocínio mediante renúncia fiscal do ICMS pelo Estado.
- Criação de funcionalidade no Sistema IPVAnet para que os contribuintes, a partir do site da Secretaria da Fazenda e Planejamento, consultem e emitam gratuitamente certidões de recolhimento, isenção, imunidade ou dispensa do pagamento do IPVA.
- Implantação de nova funcionalidade no Sistema de Gestão de Flagrantes, da Defensoria Pública do Estado, para facilitar a pesquisa de flagrantes de violência doméstica.
- Inserção na base do Detran.SP da pontuação de infrações cometidas em outros estados por condutores registrados em São Paulo para que a mesma seja considerada nos processos de suspensão e cassação da Carteira de Habilitação.
- Implantação de funcionalidade no Sistema de Medicina Legal, do Imesc - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, para controle do pagamento de perícias médicas pelas partes do processo nos casos em que o Tribunal de Justiça determinou sua não gratuidade.
- Realização de consulta e audiência públicas visando a definição do procedimento licitatório para contratar serviços de coleta biométrica unificada, tendo em vista a operacionalização do Sistema Estadual de Coleta e Identificação Biométrica Eletrônica, criado pelo Decreto estadual nº 63.299/2018.
- Estabelecimento de 120 indicadores para acompanhar a evolução da adoção das principais soluções desenvolvidas pela Prodesp para os diferentes órgãos estaduais.

3

Operações e Infraestrutura

Capacidade Operacional

Em 2018, a Prodesp realizou investimentos da ordem de R\$ 39,1 milhões na infraestrutura computacional de seu Data Center, que atende a diferentes órgãos públicos estaduais. Além de garantir a atualização tecnológica do parque instalado, os investimentos proporcionaram o aumento da capacidade operacional, possibilitando o atendimento a novas demandas, a oferta de novos serviços e a prática de preços mais competitivos. Entre outras ações, destaque para a adição de novos servidores físicos aos clusters da infraestrutura de virtualização, o que permitiu sua modernização e a expansão da capacidade de hospedagem de novos serviços; a ampliação do sistema de monitoramento em videowall para visualização simultânea de maior número de aplicações críticas; e o upgrade de ferramentas dos diferentes ambientes, como sistemas operacionais e bancos de dados, entre outras. Também foi concluída licitação para modernizar e expandir o ambiente de back-up, que hoje envolve a realização de cópias de segurança e restaurações de mais de 3,6 mil servidores internos e de clientes e o gerenciamento da retenção de mais de 3 PB (petabytes) de dados armazenados nos storages e sistemas robóticos.

Intragov

A Rede de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo, infraestrutura única de provimento de serviços intranet e internet à administração estadual, chegará à sua quinta versão a partir de março de 2019, quando começará a vigorar um novo contrato com a operadora dos serviços, resultante de procedimento licitatório realizado pela Prodesp em 2018. A cada nova versão, que dura cinco anos, a Intragov avança tecnologicamente e reduz de forma expressiva os gastos do governo com comunicação de dados. A licitação da Intragov V resultou em uma redução de 44,11% em relação aos valores pagos pelo Governo no contrato da Intragov IV, além de trazer melhorias como recursos para ampliação do monitoramento do tráfego Internet, visando sua otimização, e a oferta da tecnologia sd-wan, que, a critério dos órgãos signatários da Intragov, e de acordo com suas possibilidades técnicas, poderá ser usada como opção inicial para o serviço de acesso a Internet, contribuindo ainda mais para a redução de custos. Administrada pela Prodesp, a Intragov conta hoje com cerca de 16,7 mil links de comunicação distribuídos por todo o Estado e 181 Gbps (gigabits por segundo) de banda total contratada.

Intragov VoIP

O uso da rede Intragov para implantação de solução de telefonia digital (voz sobre IP) no âmbito da administração pública estadual, em substituição ao modelo de telefonia tradicional, avançou para novos órgãos. Entre eles, a Assembleia Legislativa, as Secretarias da Fazenda e Planejamento, Turismo, Meio Ambiente e Educação, a Fundação Casa e o Instituto de Botânica. A expectativa inicial era que a Intragov VoIP proporcionasse uma economia da ordem de R\$ 20 milhões/ano nos gastos do Governo com telefonia fixo-fixo e fixo-móvel, que chegaram a R\$ 86 milhões em 2016. Os primeiros resultados concretos, porém, mostram uma economia bastante superior, variando de 42,26% nos nove postos Poupatempo sob administração direta da Prodesp, no período de janeiro a outubro de 2018, a 86,97% no Arquivo Público do Estado, no período de maio a outubro de 2018. Além da redução nos gastos, a Intragov VoIP proporcionará um salto de qualidade na infraestrutura de comunicação do Estado, melhorando sua gestão e disponibilizando novos recursos, como videoconferência.

Nuvem Prodesp

O processo de transformação da nuvem privada Prodesp em uma solução híbrida teve continuidade em 2018, com sua integração às nuvens da Oracle e da IBM. A integração com nuvens públicas de outros grandes players do mercado está em andamento ou em análise. Como provedora multicloud, a Prodesp facilitará o acesso dos órgãos estaduais ao melhor de cada uma dessas nuvens públicas, o que dará maior flexibilidade na oferta de serviços a preços competitivos, bem como possibilitará a expansão de capacidade de forma ágil e sem necessidade de investimentos em equipamentos e software. Ao mesmo tempo, garantirá a infraestrutura de contingência necessária para o processamento de sistemas críticos. Um dos cases bem-sucedidos de serviço já oferecido pela Prodesp 100% em nuvem pública é o de chatbots, assistentes virtuais que usam recursos de inteligência artificial para auxiliar o cidadão em portais e outros canais de atendimento.

Moving Data Center

O ambiente de TI da SPPREV - São Paulo Previdência foi transferido do antigo endereço da entidade, no bairro da Consolação, na Capital, para o Data Center da Prodesp em Taboão da Serra. Além da transferência física de equipamentos, a Prodesp executou a migração de vários sistemas para seu ambiente virtual ou sua nuvem, proporcionando à SPPREV uma evolução tecnológica e redução de custos. Adicionalmente, foi executada toda infraestrutura elétrica e de cabeamento lógico para atender cerca de 700 usuários no novo endereço da instituição, na sede da Secretaria da Fazenda, na região central da cidade. O trabalho envolveu, ainda, a transferência - desinstalação no endereço antigo e reinstalação no novo endereço - das estações de trabalho desses usuários, bem como a mudança de roteamento de conexões da rede Intragov. Tendo em vista a complexidade e a heterogeneidade do ambiente, todas as ações foram minuciosamente planejadas para causar o menor impacto e riscos ao ambiente de negócios da SPPREV.

Grandes Volumes

Os números relacionados à prestação de serviços operacionais e de infraestrutura mantiveram-se em patamares expressivos ao longo de 2018. Entre outros serviços executados no período, podem ser mencionados o envio de 19,7 milhões de mensagens SMS, referentes a assuntos como agendamento e retirada de documentos no Poupatempo; a emissão de 5,6 milhões de Carteiras de Habilitação e a impressão, preparação e postagem de 5,6 milhões de CRLV - Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos para o Detran.SP; a realização de 2,5 milhões de coletas biométricas para emissão da Carteira de Habilitação e outras 4,3 milhões para expedição da Carteira de Identidade; a impressão de 92,7 milhões de páginas relativas a documentos como notificações e boletos de multas de trânsito para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Detran.SP e prefeituras, carnês de financiamento imobiliário da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e comunicados do Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, da Secretaria da Fazenda e Planejamento; e a instalação de 17 mil pontos de rede (*elétrica e lógica*).

Outros Resultados

- Migração para o Data Center Prodesp do Sistema de Gestão da Saúde, utilizado pelo IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual no atendimento a cerca de dez mil conveniados, com a otimização de seu desempenho, em especial no que se refere ao ambiente de banco de dados.
- Virtualização da infraestrutura de servidores do sistema Disque Denúncia, hospedado no Data Center do CICC-SP - Centro Integrado de Comando e Controle do Estado de São Paulo, garantindo melhor desempenho e maior segurança, integridade e disponibilidade do serviço ao cidadão.
- Disponibilização de infraestrutura de teleatendimento para o serviço Disk Miau, 0800 criado pela Casa Militar para recebimento de denúncias de maus tratos a animais domésticos.
- Transferência do ambiente do Sistema de Multas do DER - Departamento de Estradas de Rodagem da sede do órgão para o Data Center Prodesp, resultando em uma redução média de 20% no tempo de processamento das infrações.
- Migração dos ambientes de rede local da Secretaria de Habitação, do Palácio dos Bandeirantes e do Detran.SP para a Nuvem Prodesp, com ganhos de segurança, disponibilidade e gerenciamento da estrutura.
- Elaboração de projeto, estruturação de ata de registro de preços e acompanhamento / ativação do ambiente tecnológico, tendo em vista a modernização da rede do Dipol - Departamento de Inteligência da Polícia Civil, que conta com mais de três mil pontos de acesso e aproximadamente quatro mil usuários.
- Assinatura de acordo de cooperação com a USTDA - United States Trade and Development Agency para desenvolvimento, sem ônus, de projeto de integração, consolidação e/ou atualização de data centers do Governo do Estado, objetivando otimizar recursos, aumentar a redundância, a tolerância a falhas, a segurança e a agilidade na recuperação de desastres.

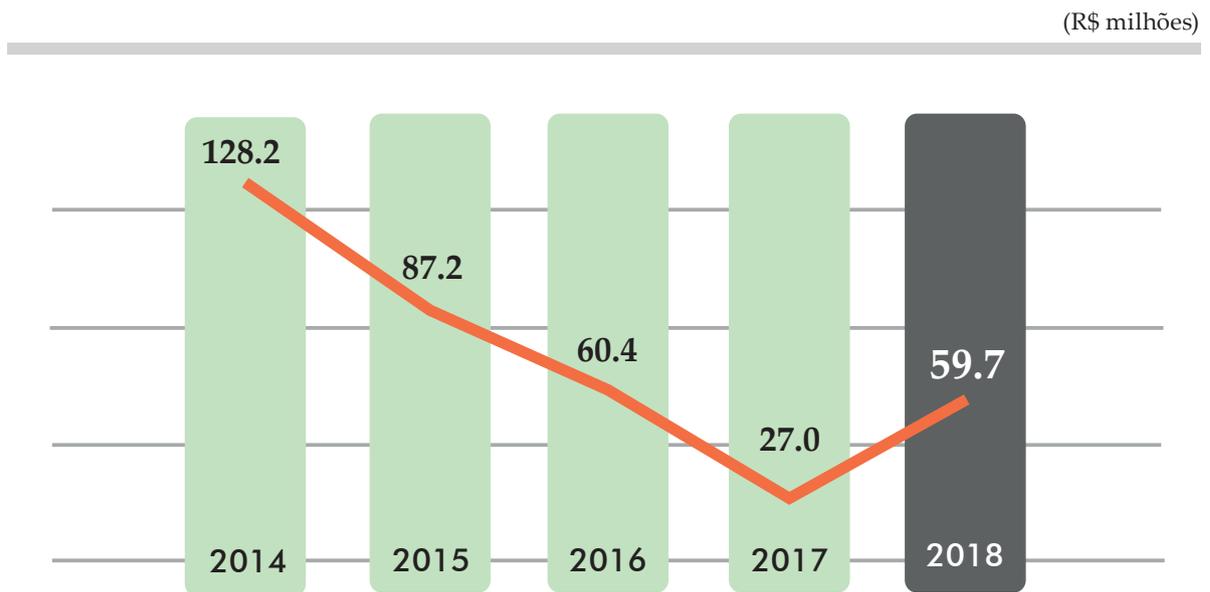
4

Gestão Empresarial

Aspectos Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

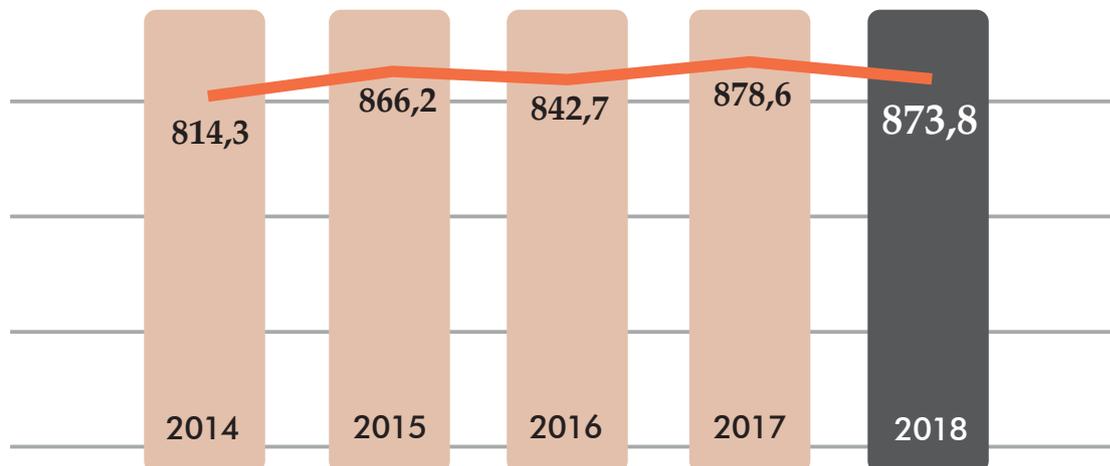
O resultado líquido alcançou o montante de R\$ 59,7 milhões. O acréscimo de 120,7% em relação a 2017 evidencia o esforço da administração para reduzir os custos dos serviços prestados, das despesas administrativas / gerais, e das despesas financeiras. O montante dessa redução atingiu R\$ 46,7 milhões.



Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2018 alcançou R\$ 873,8 milhões, o que representa uma oscilação negativa de 0,6% em relação ao ano anterior.

(R\$ milhões)

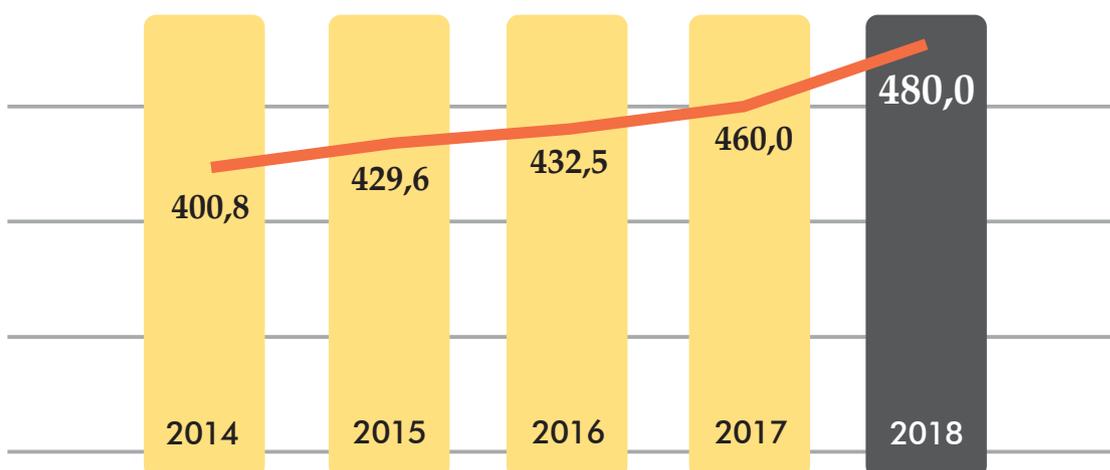


Produtividade Média por Empregado

(Em relação à Receita Líquida)

A Produtividade Média por Empregado cresceu cerca de 4,3% em relação a 2017. Nos últimos cinco anos, o crescimento acumulado é de 19,8%. O aumento ocorreu em função de a receita líquida permanecer praticamente no mesmo patamar do ano anterior, enquanto o quadro de pessoal se reduziu em 3,8% em 2018, por conta do Programa de Demissão Voluntária - PDV.

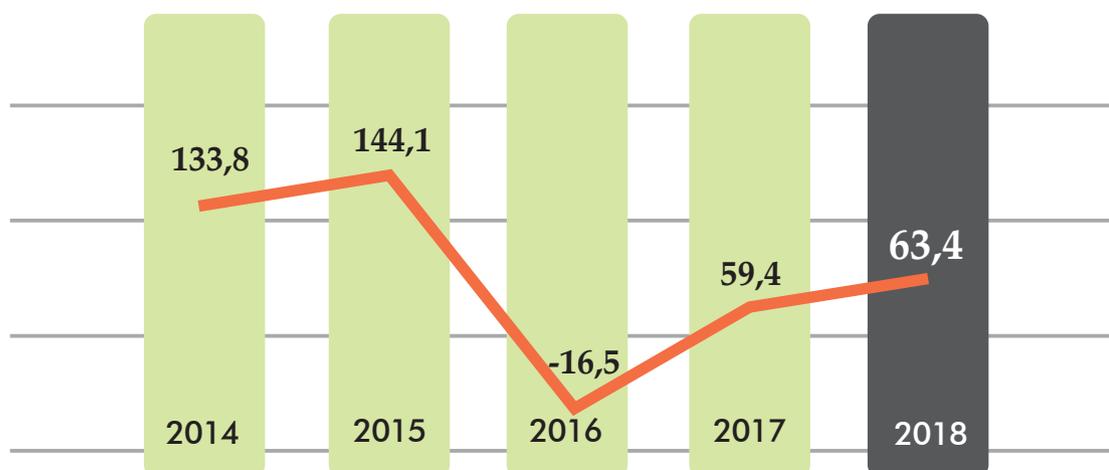
(R\$ mil)



Geração Operacional de Caixa

A Companhia gerou um caixa operacional de R\$ 63,4 milhões em 2018, o que representa um acréscimo de 6,8% em relação a 2017. No período de 2014 a 2018, a Prodesp gerou caixa positivo, com exceção de 2016. Em razão dessa performance, foram pagos dividendos e Juros sobre Capital Próprio nos valores de R\$ 77,8 milhões em 2014, R\$ 29 milhões em 2015, R\$ 20,2 milhões em 2016 e R\$ 15,3 milhões em 2017.

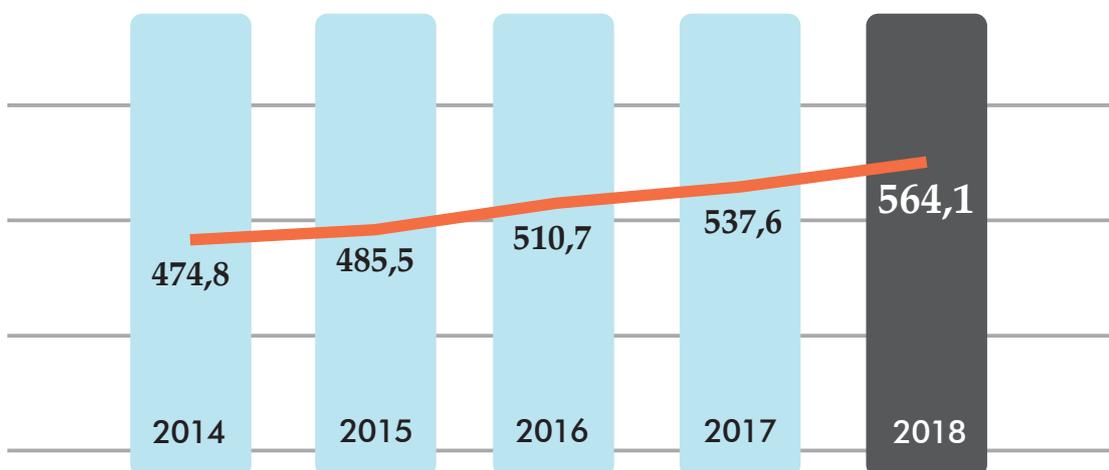
(R\$ milhões)



Patrimônio Líquido

Em decorrência da destinação do lucro de 2017 (Reserva de Lucros), conforme deliberado na Assembleia de 2018, o Patrimônio Líquido no ano apresentou um acréscimo de 4,9% em relação a 2017.

(R\$ milhões)



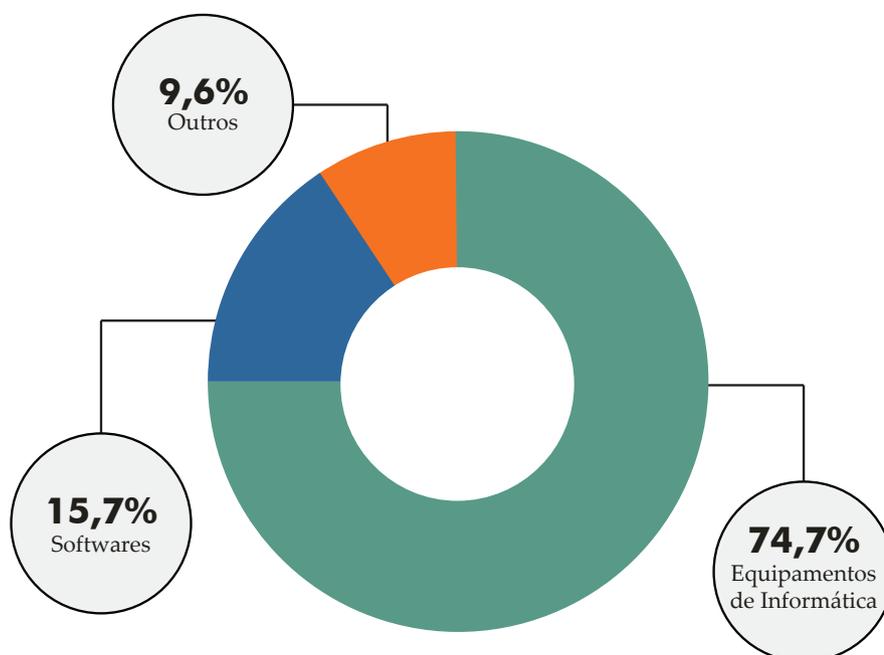
Investimentos

Os investimentos do exercício de 2018 totalizaram R\$ 55,7 milhões, com destaque para a melhoria e expansão do acervo tecnológico do Data Center Prodesp e as reformas no prédio da sede da empresa, envolvendo a troca de piso e de mobiliário, a ampliação da gráfica e instalação de um novo centro de convivência infantil (creche).

(R\$ milhões)

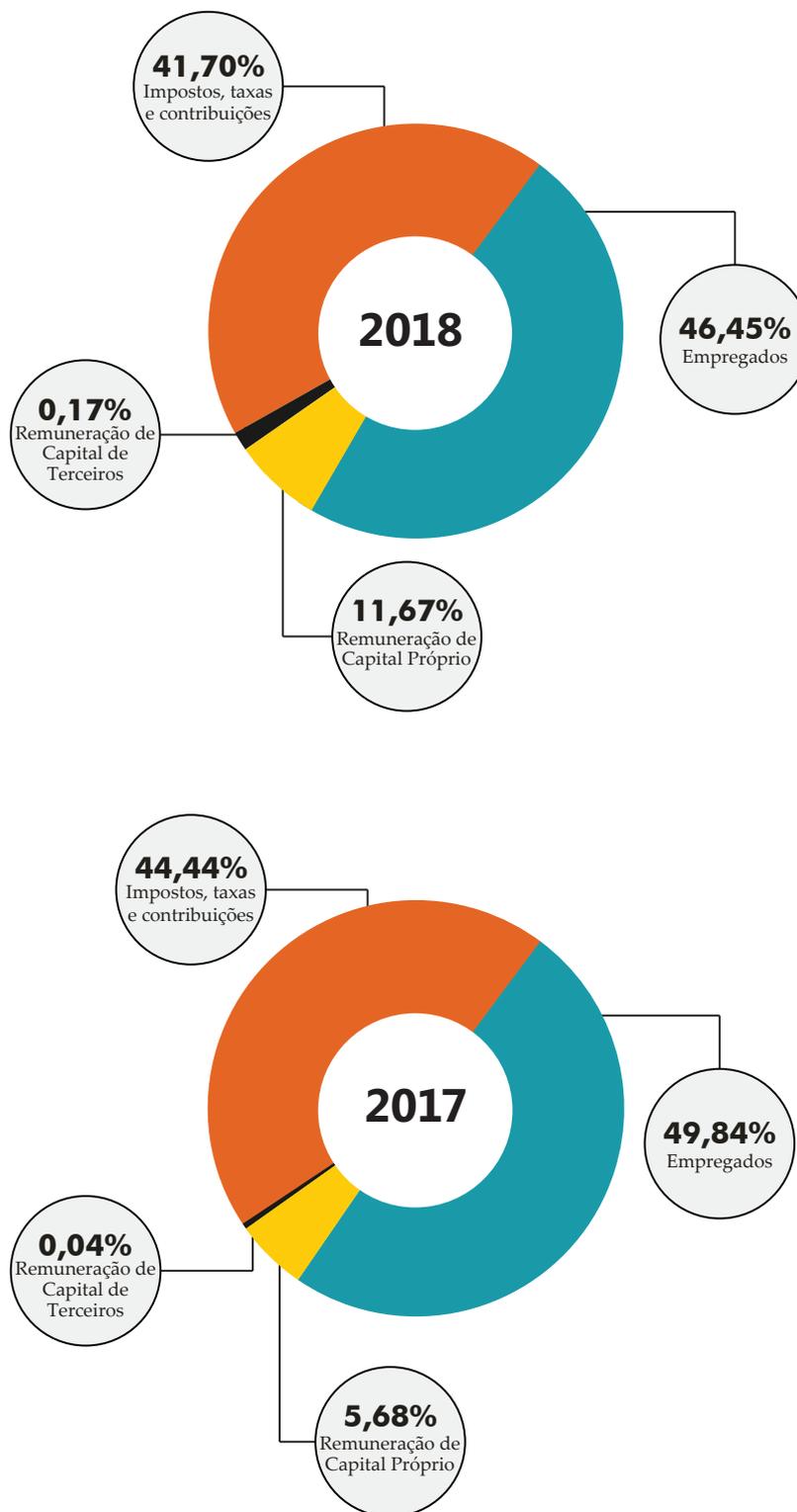


Composição de Investimentos em 2018



Distribuição do Valor Adicionado

A Demonstração Consolidada do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo identificar e divulgar a riqueza gerada pela Companhia. Cumprindo seu papel de empresa socialmente responsável, a Prodesp gerou um valor adicionado de R\$ 511,5 milhões em 2018, montante 7,4% superior ao de 2017 (R\$ 476,2 milhões). O total gerado foi distribuído da seguinte forma:



Desempenho Operacional Financeiro

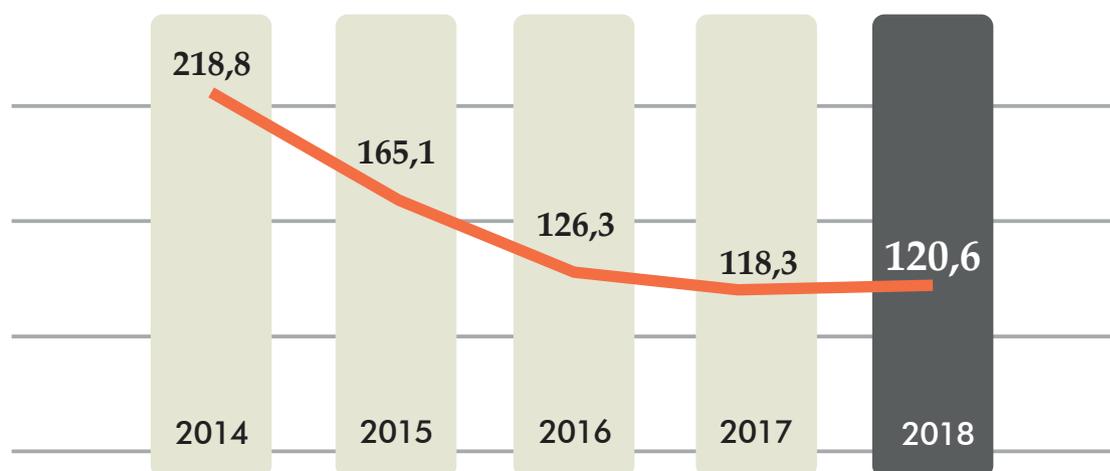
O LAJIDA (EBITDA) em 2018 foi de R\$ 120,6 milhões, com um acréscimo de 1,9% em relação a 2017 (R\$ 118,3 milhões), com a margem EBITDA em 13,8%. Tal elevação justifica-se pela redução dos custos dos serviços prestados, das despesas administrativas / gerais e das despesas financeiras, ocorridas no processo de adequação da companhia ao Decreto Estadual nº 63.146/2018.

A evolução do EBITDA de 2017 para 2018 praticamente acompanhou o crescimento do segmento em que a Prodesp atua, que foi de 2,0%, segundo medição do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo realizada pela Fundação Seade.

A margem EBITDA de 13,8 da Receita Líquida demonstra o comprometimento da Prodesp com a gestão financeira saudável e reforça a garantia e a segurança para os investimentos necessários ao atendimento das demandas dos stakeholders (clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e sociedade).

EBITDA

(R\$ milhões)



Valores em milhares de Reais	2018	2017
Receita Líquida	873.788	878.622
Custo dos Serviços Prestados	(752.612)	(780.798)
Lucro Bruto	121.176	97.824
Margem Bruta	13,87%	11,13%
Despesas Operacionais e PPR	(50.645)	(62.296)
Lucro Operacional antes dos Juros e Impostos	70.531	35.528
Margem Operacional	8,07%	4,04%
EBITDA	120.584	118.290
Margem EBITDA	13,80%	13,46%
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	59.707	27.050
Margem Líquida	6,83%	3,08%
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações do Capital - R\$	6,31	2,92
Quantidade de Ações	9.457.288.806	9.277.373.495
Patrimônio Líquido	564.053	537.559
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	10,59%	5,03%

Reconciliação entre o Lucro Líquido e EBITDA

Valores em milhares de Reais	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	59.707	27.050
Imposto de Renda	2.879	2.374
Contribuição Social	7.945	6.104
Lucro Operacional antes dos Juros e Impostos	70.531	35.528
Receitas (despesas) Financeiras líquidas	(15.636)	(17.517)
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	266	(4)
Depreciação e amortização	65.423	100.283
EBITDA	120.584	118.290

Indicadores Financeiros

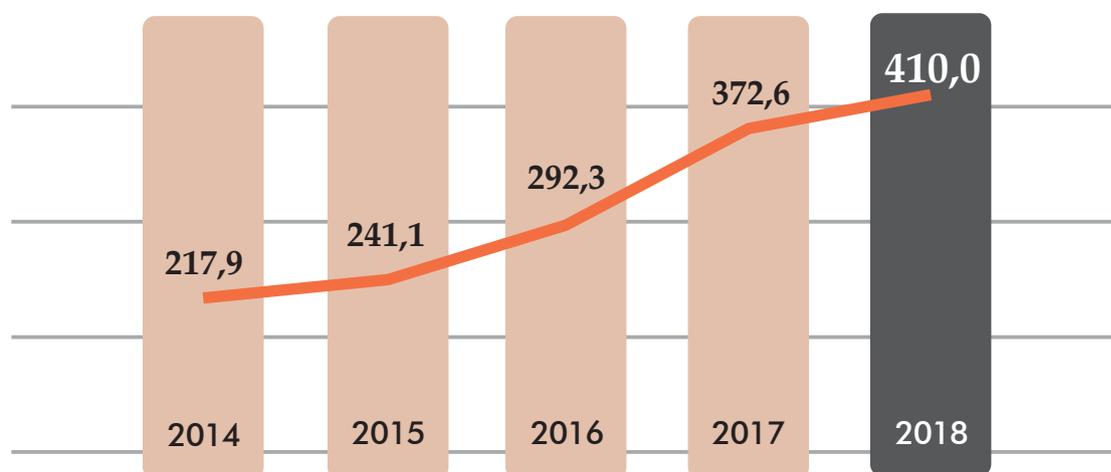
A evolução dos indicadores financeiros no exercício de 2018 é reflexo dos ganhos de produtividade e está atrelada ao rigor no acompanhamento de todo o ciclo financeiro da companhia, o qual foi pauta das reuniões semanais de Diretoria Executiva e objeto de prestação de contas mensal aos Conselhos Fiscal e de Administração. Tal acompanhamento demonstra que o resultado sólido é fruto do comprometimento com uma gestão financeira saudável, capaz de garantir o atendimento às demandas dos diferentes stakeholders.

Índice de Liquidez Corrente



Capital Circulante Líquido

(R\$ milhões)



Outros Resultados

Reconhecimento

Pelo terceiro ano consecutivo, a Prodesp conquistou em 2018 o prêmio de Empresa Destaque do Ano, na categoria serviços para governo (segmento empresas de grande porte), do anuário Informática Hoje. Concedida há 33 anos, a premiação leva em conta o desempenho econômico-financeiro das empresas no ano anterior. Além disso, o anuário Informática Hoje 2018 listou o ranking das 200 maiores empresas de tecnologia da informação do País com base em sua receita líquida. A Prodesp ocupou a 37ª posição, a mesma dos dois anos anteriores.

Satisfação dos Clientes

O nível de satisfação dos clientes com a Prodesp, medido anualmente por instituto independente, apresentou pequena oscilação positiva, mantendo-se acima da meta, que é obter nota final igual ou superior a 8. O resultado do ano foi 8,26, contra 8,14 no ano anterior. Esse foi o melhor resultado alcançado em oito anos de aferição. Em 2010, primeiro ano da série histórica de medição da satisfação dos clientes, a nota final foi 6,79. A avaliação considera quesitos como equipe de atendimento, qualidade dos serviços, prazos de entrega e capacidade de resposta.

Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional (PCO), que mede o nível de satisfação dos funcionários, apresentou seu melhor resultado em oito anos: 74,31%. Uma evolução de 3,86 pontos em relação a 2017, quando a satisfação medida foi de 70,45%. O resultado de 2018 ficou muito próximo da meta de no mínimo 75% perseguida desde 2011, ano da primeira aferição. Realizada por consultoria independente, a PCO mede 15 fatores que impactam na satisfação dos funcionários, como atuação das lideranças, carreira, remuneração e qualidade de vida no trabalho. Em 2018, 93,89% dos funcionários ativos responderam à pesquisa.

Capacitação de Colaboradores

Cerca de R\$ 1,2 milhão foram investidos em 2018 no desenvolvimento técnico, administrativo e gerencial de colaboradores. Foram mais de oito mil participações de 1,7 mil funcionários em atividades de capacitação, totalizando 44,9 mil horas/homem de treinamento. Do montante, destaque para as aproximadamente cinco mil participações em cursos internos, ministrados por funcionários especialistas em temas de interesse da empresa; e para as mais de 800 participações relacionadas à execução dos Planos de Desenvolvimento Individuais definidos para os funcionários de acordo com sua performance nas avaliações de metas e de competências comportamentais.

Demissão Voluntária

Quarenta e nove funcionários entraram no Programa de Demissão Voluntária (PDV) nas duas janelas de adesão abertas em 2018. Com isso, considerando-se a primeira janela aberta no ano anterior, chegou-se ao número de 142 funcionários aderentes, 114 dos quais já desligados até 31 de dezembro de 2018. A expectativa de economia nas despesas com pessoal com os 142 desligamentos é da ordem de R\$ 20 milhões/ano. O tempo médio de casa dos funcionários que aderiram ao PDV é de 30,06 anos, sendo que 117 deles já estão aposentados pelo INSS.

Natureza Jurídica

Em atendimento ao artigo 91, parágrafo 1º, da Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), ao artigo 54 do Estatuto Social da companhia e ao Ofício Codec 064/2018, a natureza jurídica da Prodesp foi alterada de empresa de economia mista para empresa pública. A alteração afeta apenas a composição acionária da companhia. Como empresa de economia mista, por exigência da Lei federal nº 6.404/1976 (Lei das S/A), a Prodesp tinha como acionistas privados seus administradores. Com o resgate dessas ações, a companhia passa a ter como acionistas unicamente a Fazenda Estadual e outras instituições do Governo do Estado de São Paulo.

Proteção de Dados

Para atendimento à Lei federal nº 13.709/2018, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, foi criado Grupo de Trabalho com a finalidade de se estudar o seu impacto na atuação da Prodesp e propor ações visando a adequação da empresa. O foco inicial do Grupo está no desenvolvimento de atividades relacionadas ao treinamento dos funcionários, às alterações eventualmente necessárias no Código de Conduta e Integridade da empresa e nos contratos com fornecedores. Por sua natureza, e nos termos da nova lei, a Prodesp assume papéis de controladora de dados, quando é a detentora da informação, e de operadora, como no caso das informações de processa para seus clientes. Como certificada ISO 27001 (Segurança da Informação), a Prodesp já está em conformidade com a nova lei em vários aspectos. O prazo para adequação à LGPD é de 18 meses.

NIT Prodesp

A Gerência de Qualidade, Inovação e Metodologia foi transformada no Núcleo de Inovação Tecnológica da Prodesp, com a atribuição de fazer a gestão da política de inovação da empresa. A criação do NIT Prodesp atende a diferentes dispositivos legais que dispõem e regulamentam questões relativas à inovação e pesquisa científica e tecnológica, como as leis federais nºs 10.973/2004 (Lei da Inovação) e 13.243/2016; a Lei Complementar estadual nº 1.049/2008; o Decreto estadual nº 62.817/2017; e a Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Em 2018, também aconteceu o 2º iNovembro, um mês dedicado a ações relacionadas à inovação. Entre elas, a FIP - Feira de Inovação Prodesp, que tratou em palestras, workshops e exposição assuntos como nuvem, DevSecOps, chatbot, UX (User Experience), realidade aumentada, Internet das Coisas e blockchain; e o Dia da Ciência de Dados, que discutiu o tema em palestras, painéis e debates. O NIT Prodesp participou ativamente do Fórum Paulista de Inovação, encontro promovido pela Subsecretaria de Parcerias e Inovação, da Secretaria de Governo, o qual reuniu técnicos e gestores estaduais para discutir ações de inovação no setor público e que teve como um de seus resultados a elaboração de cartilhas temáticas sobre o assunto, tratando de aspectos como cultura, marco regulatório e financiamento da inovação.

Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno

Dentro do processo de adequação à Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), entrou em vigor o novo Código de Conduta e Integridade da empresa; foi constituído o Comitê de Ética aprovado no final do ano anterior; e aberto Canal de Denúncias no site da companhia, possibilitando a qualquer interessado reportar, com total garantia de sigilo, práticas de corrupção, fraudes, atos ilícitos e irregularidades envolvendo a empresa ou seus funcionários, bem como infrações ao Código de Conduta e Integridade. O uso de ferramenta de EaD permitiu a certificação de 100% dos funcionários no Código de Conduta e Integridade. No período, foram iniciados a formulação da Política de Gestão de Riscos e o desenvolvimento de um sistema correspondente. O instrumento normativo que regia a elaboração das normas internas foi revisado e teve seu escopo ampliado, passando a abranger a elaboração de todos os documentos previstos no Regimento Interno da Prodesp, a saber: políticas, regimentos, normas, procedimentos e instruções de trabalho. Em cumprimento ao Decreto estadual nº 41.865/97 e ao artigo 51 do Estatuto Social da companhia, todos os funcionários e membros dos órgãos estatutários passaram a estar obrigados a apresentar declaração de bens no ato de admissão / posse, anualmente e em até 90 dias após o desligamento.

Comitê de Auditoria Estatutário

Em atendimento à Lei federal 13.303/2016 (Lei das Estatais), a Prodesp instituiu seu Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), cujos membros foram eleitos e empossados em 30 de agosto de 2018. Órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, o CAE tem como missão zelar pela boa governança, pela ética corporativa e por um adequado sistema de controles internos, de forma a garantir a confiabilidade e a veracidade dos informes produzidos pela empresa. Sem função executiva, o CAE tem como principal papel assessorar o Conselho de Administração em temas como auditoria interna e externa, exposição a riscos e supervisão de processos de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade Social

O ano de 2018 foi o vigésimo nono de parceria da Prodesp com a CoopJovem - Sociedade Cooperativa de Trabalho de Assistentes ao Jovem, entidade que desenvolve programas de sociabilização e iniciação profissional com adolescentes de Embu das Artes. No período, mais 54 jovens entre 14 anos e 17 anos e onze meses passaram pela CoopJovem, participando de atividades como os cursos de horticultura, panificação, marcenaria e informática básica, palestras socioeducativas e vivências em diferentes áreas da empresa. A participação na Campanha do Agasalho promovida pelo Fussesp - Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo bateu um novo recorde: cerca de 507 mil peças arrecadadas, um aumento de 85% em relação ao ano anterior, quando foram coletadas 274,1 mil peças. Obtidas por funcionários da Prodesp e do Poupatempo, e também junto a empresas parceiras e ao cidadão usuário do Poupatempo, as doações beneficiaram 230 instituições e obras sociais de todo o Estado. A Campanha Fio Generoso arrecadou 600 mechas de cabelo natural para confecção de perucas para pacientes em tratamento contra o câncer. Já a Campanha de Doação de Sangue resultou na coleta de 230 bolsas para a Fundação Pro-Sangue (Hemocentro de São Paulo). E no Natal, a Campanha Adote um Sorriso arrecadou 2,1 mil kits com roupas, calçados, brinquedos e itens de higiene pessoal, doados a entidades assistenciais que atendem crianças, adultos e idosos.

Outras Ações

- Publicação de aplicativo mobile para uso dos funcionários Prodesp, disponibilizando, inicialmente, consultas sobre férias, cardápio do dia no restaurante da sede da empresa e transporte fretado oferecido pela companhia.
 - Inauguração do novo Centro de Convivência Infantil da Prodesp, creche que atende as mães que trabalham na sede da empresa. Mais amplo e especialmente projetado, o novo local conta com brinquedoteca, salas de artes e de informática, solário, instalações adequadas para crianças com necessidades especiais e salas de atividades por faixa etária.
 - Continuidade do Programa Lean Six Sigma Prodesp, com a certificação de mais quatro Green belts e cinco black belts, chegando-se a 1962 funcionários certificados em seis anos.
 - Implantação do Sistema de Custos da Prodesp, com demonstrativos de resultados por linha de negócio e por cliente, proporcionando maior capacidade analítica dos negócios da empresa.
 - Inclusão da vertente Segurança da Informação no Programa DevOps, que passou a se chamar DevSecOps, possibilitando a atuação integrada e sinérgica, com alto nível de automação, das equipes de desenvolvimento, operações e segurança da informação.
-

Declaração da Diretoria

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480/09, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente, bem como com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Relacionamento com os Auditores

Em consonância com inciso III, artigo 2º Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Audilink Auditores foi contratada para a prestação do serviço de auditoria externa das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Declaramos que no período findo em 31 de dezembro de 2018, a Audilink não prestou outros serviços à Prodesp que possam afetar a sua independência profissional.

5

Demonstrativos Financeiros

Balancos Patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
RECLASSIFICADO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	261.575	261.757
Contas a Receber de Clientes	12	188.428	195.734
Convênio Poupatempo	13	170.111	102.801
Impostos a Compensar	14	25.018	9.522
Outros Ativos Circulantes	15	29.211	27.430
		674.343	597.244
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos para Recursos	16	21.151	13.168
Contas a Receber de Clientes	12	11.925	9.697
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	12	(11.925)	(9.697)
Outros Ativos Não Circulantes	17	7.707	7.946
Provisão Imposto Diferido	18	6.572	13.261
Investimentos	19	54	54
Imobilizado	3h e 20	102.156	91.856
Diferido	21	5	312
Intangível	3h e 22	27.182	54.687
		164.827	181.284
Total do Ativo		839.170	778.528

Balancos Patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	2018	2017
CIRCULANTE				
Fornecedores	23		148.417	133.931
Salários e Encargos Sociais	24		70.614	65.211
Outros Passivos Circulantes	25		16.737	14.682
Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos	26		28.621	10.847
			264.389	224.671
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	23		207	324
Provisão para Contingências	27		10.521	15.974
			10.728	16.298
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	28		507.880	497.456
Reserva de Lucros			56.173	40.104
Ações em Tesouraria			(0)	(0)
			564.053	537.559
Total do Passivo			839.170	778.528

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	2018 ACUMULADO	2017 ACUMULADO
			RECLASSIFICADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4	873.788	878.622
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(752.612)	(780.798)
LUCRO BRUTO		121.176	97.824
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas		(74.118)	(94.480)
Participação nos Resultados	7	(19.906)	(18.583)
Depreciação e Amortização		(2.364)	(2.120)
Honorários da Diretoria e do Conselho	30	(3.254)	(2.818)
Outras Receitas	8	33.627	38.184
Resultado com Baixa do Ativo Fixo		(266)	4
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		54.895	18.011
Receitas Financeiras	8	17.229	29.341
Despesas Financeiras	9	(1.593)	(11.824)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		70.531	35.528
Contribuição Social	6	(2.879)	(2.374)
Imposto de Renda	5	(7.945)	(6.104)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		59.707	27.050
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL - R\$		6,31	2,92

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018 ACUMULADO	2017 ACUMULADO
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		59.707	27.050
Outros resultados abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3n	59.707	27.050

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucro Acumulado	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	460.242	28.327	22.099	-	-	510.668
RECLASSIFICADO						
Integralização de Capital	37.214	-	(22.099)	-	-	15.115
Ações em Tesouraria	-	-	-	(0)	-	(0)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	27.050	27.050
Reserva Legal	-	1.352	-	-	(1.352)	-
Lucros Retidos	-	-	10.424	-	(10.424)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(15.273)	(15.273)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	497.456	29.679	10.424	(0)	0	537.559
Integralização de Capital	10.424	-	(10.424)	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	(0)	-	(0)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	59.707	59.707
Reserva Legal	-	2.986	-	-	(2.986)	-
Lucros Retidos	-	-	23.508	-	(23.508)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(33.213)	(33.213)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	507.880	32.665	23.508	(0)	(0)	564.053

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) RESULTADO AJUSTADO		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	70.531	35.528
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(10.824)	(8.478)
Provisão Para Impostos Diferidos	6.690	(4.636)
Depreciação / Amortização	65.423	100.283
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.228	(14.972)
Provisão para Contingências	(5.453)	2.092
Resultado com baixa de Ativo Fixo	266	(4)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	128.861	109.813
b) VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Contas a Receber de Clientes	5.078	(16.686)
Convênio Poupatempo	(67.310)	(46.857)
Impostos a Compensar	(15.496)	269
Outros Ativos Circulantes	(1.781)	1.287
Depósito para Recursos	(7.983)	(4.209)
Outros Ativos Não Circulantes	239	(595)
Fornecedores	14.369	12.088
Salários e Encargos Sociais	5.403	3.480
Outros Passivos Circulantes	2.055	788
TOTAL DAS VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	(65.426)	(50.434)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	63.435	59.378
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizados e Intangíveis	(48.177)	(39.334)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(48.177)	(39.334)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos	(15.440)	(21.514)
Ações em Tesouraria Líquida	(0)	(0)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(15.440)	(21.514)
(1 + 2 + 3) VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(182)	(1.470)
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(182)	(1.470)
SALDO INICIAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	261.757	263.227
SALDO FINAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	261.575	261.757

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018		2017	
1) RECEITA BRUTA SERVIÇOS PRESTADOS	1.043.297		1.067.107	
Serviços Prestados	1.045.791		1.052.131	
Não Operacional	(266)		4	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.228)		14.972	
2) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	515.345		550.957	
Custo dos Serviços Prestados	468.835		462.635	
Despesas Operacionais	66.301		81.851	
Outros	(19.791)		6.471	
3) VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	527.952		516.150	
4) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	65.423		100.283	
5) VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	462.529		415.867	
6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	48.972		60.329	
Receitas Financeiras	15.345		22.145	
Outras Receitas	33.627		38.184	
7) VALOR ADICIONADO BRUTO A DISTRIBUIR (5 + 6)	511.501		476.196	
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	213.304	41,70%	211.633	44,44%
EMPREGADOS	237.618	46,45%	237.343	49,8%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	59.707	11,67%	27.050	5,68%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	872	0,17%	170	0,04%
	511.501	100%	476.196	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp, fundada em 06 de novembro de 1969, com sede localizada na Rua Agueda Gonçalves, nº 240, na cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, e demais disposições legais aplicáveis. A Companhia, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 desta lei. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública que tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo. A atuação da Companhia concentra-se nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações de TI, terceirização de processos de negócios e prestação de serviços profissionais - segurança da informação e consultoria especializada - para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Companhia presta assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e, mediante contratos, executa serviços de tecnologia da informação de interesse de entidades privadas, além de ser responsável pela implantação, operação e gerenciamento dos Postos de Serviços Poupatempo. A visão da Prodesp é ser referenciada pela excelência no provimento de soluções contribuindo para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO:

- a. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas da Companhia, para o período findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância das Leis federais nº 13.303/16 e nº 6.404/76 e incorporam as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG, bem como suas interpretações, orientações e alterações posteriores, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras as quais estão evidenciadas, e que correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

- b. Base da preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir.
- c. Continuidade Operacional** - A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistentes com o seu plano de negócios preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos competentes, podendo sofrer alterações.
- d. Moeda funcional e moeda de apresentação** – As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais com observância da Lei federal nº 6.404/76. A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
- e. Estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas estimativas contábeis críticas, mais do que isso, necessitam que haja um exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Tais estimativas podem divergir dos resultados efetivos. As premissas e estimativas críticas para as demonstrações financeiras são Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, Provisão para Impostos Diferidos, Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, e Imobilizado.
- f. Mudança na apresentação:** Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da companhia conforme apresentado a seguir:
- (I) Ativo**
- O Convênio Poupatempo e os Impostos a Compensar estavam classificados em Outras Contas a Receber.
 - Estoque de Materiais, Adiantamentos a Funcionários e Despesas do Exercício Seguinte foram reclassificados para Outros Ativos Circulantes, conforme nota 15.
 - Outros Ativos Não Circulantes, conforme nota 17, compreendem Outras Despesas Antecipadas, Valores a receber e os Impostos a Recuperar que estavam classificados em Depósitos para Recursos e Outros.

(II) Passivo

- Impostos a Recolher e Contas a Pagar foram reclassificados para Outros Passivos Circulantes, conforme nota 25.

(III) Patrimônio Líquido

- Reserva Legal e Lucros Retidos foram reclassificados para Reserva de Lucros, conforme art. 178 da Lei federal nº 6.404/76 e alterações.

(IV) Demonstrações do Resultado

- Nas Demonstrações do Resultado houve a exclusão das contas Juros sobre o Capital Próprio e Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio, conforme Interpretação Técnica ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

(V) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

- As informações da coluna de Reserva de Lucros do exercício anterior foram incorporadas a coluna Lucros Retidos que, por sua vez, encontram-se como subgrupo da Reserva de Lucro, juntamente com a Reserva Legal no exercício de 2018, conforme art. 178 da Lei federal nº 6.404/76 e alterações.

(VI) Demonstrações do Fluxo de Caixa

- O Lucro a ser ajustada não contempla a Reversão dos Juros sobre Capital Próprio.
- A Depreciação / Amortização passam a ser apresentadas pelo seu valor líquido.
- Os itens b, c e d do exercício anterior estão agrupados no item b.
- Os valores de Depósito para Recursos e Outros, Contas a Receber de Clientes, Valores a Receber e Outras Despesas Antecipadas antes apresentadas no grupo 2 – Das Atividades de Investimentos passaram a compor o item b e tem os seus valores apresentados pelo líquido.
- Os Juros sobre Capital Próprio são apresentados apenas pelo valor pago no exercício.
- Os valores das Ações em Tesouraria passam a compor esta demonstração.

(VII) Demonstrações do Valor Adicionado

- Os valores dos Acionistas passam a ser apresentados na distribuição de Remuneração do Capital Próprio.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS: as principais políticas e práticas contábeis na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir e têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados.

- a. Reconhecimento da Receita** – As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo da contraprestação em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, líquida de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicáveis. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.
- b. Reconhecimento das Despesas** – As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas relacionadas a novos produtos ou a inovações tecnológicas, são registradas como despesas do exercício em que incorrem.
- c. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Correntes** – A provisão para imposto de renda foi constituída, pelo regime de tributação Lucro Real anual (estimativa mensal), à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado pelas adições, exclusões ou compensações determinadas de acordo com as regras estabelecidas pela legislação fiscal vigente.
- d. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos** – São reconhecidos em sua totalidade, conforme conceito descrito na NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro, sobre as correspondentes diferenças temporárias entre os ativos e passivos para fins fiscais considerando as alíquotas e leis vigentes na data das Demonstrações Financeiras.
- e. Tributos sobre receitas** – As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas (i) Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público - 1,65%; (ii) Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – 7,6%; (iii) ISSqn – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – 2% a 5%; e (iv) CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – 4,5%. Esses tributos são contabilizados como dedução de vendas na demonstração de resultado. Pasep e Cofins **são calculados pelo regime da não** cumulatividade, que consiste em deduzir, dos débitos apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos na legislação.
- f. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio** – De acordo com o estatuto social, a Política de Dividendos da Companhia e a da Lei federal nº 6.404/76 e alterações, a proposta da Administração, sujeita à ratificação na Assembleia Geral dos Acionistas, para distribuição do lucro líquido é por meio de juros sobre o capital próprio que é atribuído ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%). Qualquer valor acima ou abaixo do mínimo obrigatório somente é provisionado ou revertido na aprovação da Assembleia.

- g. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** – A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos, vencidas a mais de 12 meses.
- h. Imobilizado e Intangível** - São submetidos ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, quando aplicável, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, incluindo suas interpretações e orientações.
- i. Benefícios a empregados** - Os benefícios concedidos aos empregados respeitam o regime de competência e cessam ao término do vínculo empregatício. São eles: licença por doença remunerada, participação nos resultados, auxílio creche, assistência médica, odontológica e farmacêutica, além dos benefícios previstos em lei.
- j. Contingências Trabalhistas e Cíveis** - As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de seus assessores legais, disponibilizadas no encerramento das demonstrações financeiras e probabilidades sobre os valores correspondentes. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento.
- k. Ajuste a valor presente** – Os impostos pendentes de restituição são atualizados monetariamente e contabilizados em contas específicas conforme Instrução Normativa RFB nº 1700/2017. Os demais saldos de ativos e passivos de longo prazo não requerem atualização de ajuste a valor presente, pois os preços praticados tanto para efeito de faturamento quanto para compras são firmes e fixados por edital sem inclusão de juros.
- l. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes** – Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, sendo considerado o menor entre os dois.
- m. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** - Apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e preparada seguindo a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.
- n. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)** – A Companhia não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro Líquido dos exercícios apresentados.
- o. Endividamento** - A Companhia não possui endividamento. A Administração monitora de forma constante indicadores relevantes para assegurar a sua liquidez garantindo que todas as entradas de caixa fizeram frente às obrigações da Companhia de forma tempestiva, por isso não estipula limite para endividamento, conforme estatuto.

p. Novas normas, alterações e interpretações de normas – As Normas listadas a seguir foram emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC:

Nome	Descrição	Impacto
NBC TG 47 Receita de Contratos com Clientes	Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. Esta norma substitui a NBC TG 30 - Receitas, NBC TG 17 - Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A – Programas de Fidelidade com o Cliente.	A companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras. Em vigor desde 1º de janeiro de 2018.
NBC TG 06 (R3) Arrendamento Mercantil	Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo NBC TG 06 (R2) -Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 04 e ITG 03 (R1) - Aspectos complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	A Companhia avaliou os efeitos em suas Demonstrações Financeiras do registro de operações de arrendamento mercantil operacional e não haverá impacto. Em vigor para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019.

4. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: Os valores dos contratos de prestação de serviços, para os clientes da Administração Direta e Indireta, têm como base a dotação e respectivas suplementações orçamentárias constantes do Orçamento do Estado de São Paulo. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultado da Companhia

	2018	2017
Receita Bruta	1.045.791	1.052.131
Deduções		
ISS	(23.498)	(26.896)
PASEP	(17.256)	(17.360)
COFINS	(79.480)	(79.962)
CPRB	(47.061)	(47.346)
Vendas Canceladas	-	(34)
Abatimentos	(4.708)	(1.911)
	(172.003)	(173.509)
Receita Operacional Líquida	873.788	878.622

- 5. IMPOSTO DE RENDA:** Reconhecimento em virtude do encerramento do período de apuração, com base na movimentação do exercício, conforme detalhados nos itens 3.c. e 3.d. das Notas Explicativas, está demonstrada a seguir:

Imposto de Renda	2018	2017
Resultado Contábil antes do IRPJ e CSLL	70.531	35.528
(+) Adições	24.580	68.262
(-) Exclusões	(81.906)	(62.609)
Resultado Fiscal do Período	13.205	41.181
IRPJ (15%)	1.981	6.177
Adicional do Imposto de Renda (10%)	1.296	4.094
(-) Deduções Incentivos Fiscais – PAT/Doações/P&D	(257)	(765)
Imposto de Renda Corrente	3.020	9.506
Imposto de Renda Diferido (25%)	4.925	(3.402)
	7.945	6.104

- 6. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO:** Reconhecimento em virtude do encerramento do período de apuração, com base na movimentação do exercício, conforme detalhados nos itens 3.c. e 3.d. das Notas Explicativas, está demonstrada a seguir:

Contribuição Social	2018	2017
Resultado Contábil Antes do IRPJ e CSLL	70.531	35.528
(+) Adições	23.760	67.161
(-) Exclusões	(81.906)	(62.609)
Base de Cálculo para Contribuição Social	12.385	40.080
Contribuição Social Corrente (9%)	1.115	3.607
Contribuição Social Diferido (9%)	1.764	(1.233)
	2.879	2.374

- 7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (PPR):** Conforme estabelecido no artigo 4º do Decreto Estadual nº 41.497/96, a Companhia implantou o Programa de Participação nos Resultados (PPR), baseado em metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas entre a mesma e seus empregados.

Para o PPR dos empregados, respeitando o regime de competência, mensalmente é constituída uma provisão a pagar no passivo de 1/12 da folha de pagamento do mês de janeiro, sendo esta provisão ajustada no final do exercício. O montante previsto dessa participação no exercício de 2018 foi de R\$ 19.906 mil (R\$ 18.583 mil em 2017), que está apropriado no grupo Salários e Encargos Sociais.

8. OUTRAS RECEITAS: As receitas não operacionais auferidas nos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Receita de Multas Contratuais	3.296	3.436
Receita de Aluguel de Espaço	25.481	23.527
Recuperações	1.365	7.236
Outros	3.485	3.985
	33.627	38.184

9. RECEITAS FINANCEIRAS: As receitas financeiras incorridas nos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	2018	2017
Receita de Aplicações em títulos Públicos	15.135	21.934
Receita de Juros e Correção Monetária	126	113
Variações Monetárias Ativas	1.884	7.196
Descontos Financeiros Obtidos	84	98
	17.229	29.341

10. DESPESAS FINANCEIRAS: As despesas financeiras incorridas nos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	2018	2017
Juros	810	170
Variações Monetárias Passivas	721	11.654
Outros	62	-
	1.593	11.824

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros, em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2018	2017
Caixa	34	31
Bancos	28.257	23.789
Aplicação Financeira	233.284	237.937
	261.575	261.757

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PROVISÃO PARA CRÉDITO LIQUIDAÇÃO

DUVIDOSA: Os valores a receber estão representados por serviços prestados substancialmente a órgãos públicos em geral. A Companhia revisou a política de controles e acompanhamento do contas a receber e constatou a necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa dos valores de difícil recebimento com vencimento acima de 12 meses. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

CIRCULANTE

	2018	2017
Administração Direta	148.451	149.252
Administração Indireta	13.538	15.147
Outros Poderes	5.512	9.658
Terceiros	20.927	21.677
	188.428	195.734

NÃO CIRCULANTE

	2018	2017
Administração Direta	4.350	3.269
Administração Indireta	1.565	1.564
Outros Poderes	1.761	936
Terceiros	4.249	3.928
	11.925	9.697
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.925)	(9.697)

13. CONVÊNIO POUPATEMPO: Apresenta o controle da Prodesp, na qualidade de executora do Programa Poupatempo (Decreto Estadual nº 42.886/98), que é responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Governo por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa (parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado - PGE - SGGE/SEP/SF/PGE -1/1999). Diante deste processo, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico ou aumento de patrimônio líquido (NBC TG 47 – Apêndice A), os recursos financeiros não transitam no resultado da Prodesp, sendo controlados em conta patrimonial do ativo e passivo com prestação de contas mensal à Secretaria de Governo. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária (tema respaldado pelo parecer jurídico nº 0565/2014 - Loeser e Portela Advogados - OAB/SP nº 1.359). Além dos gastos com gerenciamento dos postos, também são observados nos controles da companhia os processos trabalhistas e cíveis que totalizam de R\$ 15.242 mil e R\$ 20.682 mil, respectivamente. Os valores são de responsabilidade da Secretaria do Governo e em caso de condenação serão assumidos pela mesma.

14. IMPOSTOS A COMPENSAR: Encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por impostos e encargos sociais ajustados a valor presente. O aumento expressivo no Imposto de Renda em 2018 decorre de reconhecimento por êxito em processo judicial de direito ao crédito de IRPJ 2005.

	2018	2017
Imposto de Renda	16.798	4.931
Contribuição Social	4.592	1.734
Cofins	2.608	1.715
Pasep	565	372
ISSqn	322	401
INSS	133	369
	25.018	9.522

15. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES: Compreendem

- (I) Outros Valores a Receber - representam Salários e Encargos de Funcionários Cedidos, além de valores a receber das multas aplicadas a fornecedores;
- (II) Despesas do Exercício Seguinte - a Companhia permanece com sua política constante de atualizações tecnológicas por meio de efetivação de contratos de locação de softwares, os quais são contabilizados em despesas do exercício seguinte para apropriação em suas devidas competências, conforme previsto nos contratos;
- (III) Adiantamento a Funcionários - adiantamento de Férias e da 1ª Parcela do 13º salário concedido por ocasião do gozo de férias.

	2018	2017
Outros Valores a Receber	16.671	18.588
Despesas do Exercício Seguinte	9.105	5.692
Adiantamento a Funcionários	3.044	2.506
Outros	391	644
	29.211	27.430

16. DEPÓSITOS PARA RECURSOS: Os valores são registrados pelo valor original e atualizados monetariamente pela TR mensal. O aumento em 2018 decorre de pagamentos na modalidade depósito de processos cíveis para andamento da ação judicial.

17. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES: Compreendem

- (I) Impostos a Recuperar – valores decorrentes de processos administrativos registrados pelo valor original e atualizados monetariamente pela SELIC acumulada;
- (II) Valores a Receber – valores pagos de processos trabalhistas aguardando ressarcimento de órgão responsável; e
- (III) Outras Despesas Antecipadas - a Companhia permanece com sua política constante de atualizações tecnológicas por meio de efetivação de contratos de locação de softwares, os quais são contabilizados em despesas do exercício seguinte para apropriação em suas devidas competências, conforme previsto nos contratos.

	2018	2017
Impostos a Recuperar	6.676	6.485
Valores a Receber	533	957
Outras Despesas Antecipadas	498	504
	7.707	7.946

18. PROVISÃO PARA IMPOSTO DIFERIDO: Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado. Mensurados com base nas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos, conforme demonstrados a seguir:

	2018	2017
Amortização de Locação de Programa Produto	-	11.600
1. AMORTIZAÇÕES	-	11.600
Provisão p/ Contingências Trabalhistas e Outras	6.626	6.996
Provisão p/ Licença Prêmio	15	21
Provisão Sal Enc Sociais e Particip. Resultado	21.167	22.844
2. PROVISÕES	27.808	29.861
3. TOTAL ADIÇÕES (1 + 2)	27.808	41.461
Reversão Amortização de Locação de Programa Produto	11.600	-
4. REVERSÃO DE AMORTIZAÇÕES	11.600	-
Reversão Provisão p/ Contingências Trabalhistas e Outras	14.641	4.902
Reversão Provisão p/ Licença Prêmio	5	8
Reversão Provisão Sal Enc Sociais e Particip. Resultado	21.167	22.844
5. REVERSÃO DE PROVISÕES	35.813	27.754
6. TOTAL EXCLUSÕES	47.413	27.754
7. BASE DE CÁLCULO DO IRPJ e CSLL (3 – 6)	(19.605)	13.707

8. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA		
8.1. I.R. - 15%	(2.941)	2.056
8.2. I.R. - Adicional 10%	(1.984)	1.346
9. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	(4.925)	3.402
10. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		
10.1. CSLL - 9%	(1.764)	1.233
11. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	(1.764)	1.233
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (IR + CSLL Diferidos)	13.261	8.626
PROVISÃO DO EXERCÍCIO (9 + 11)	(6.689)	4.635
SALDO BALANÇO PATRIMONIAL (IR + CSLL Diferidos)	6.572	13.261

19. INVESTIMENTO: Composto por ações das empresas Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS e IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas e por Obra de arte Tela “O rio”, de Marcos Andruchak, doada a Prodesp, registrada pelo custo de avaliação do autor.

20. IMOBILIZADO: Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A Companhia considerou o método de custo, deduzido da depreciação e eventual provisão para perdas (*Impairment Test*, realizado pela empresa WayB Assessoria, Auditoria e Avaliações S/S em Ago/2018), como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. Para os equipamentos alocados no Data Center, utilizou-se o método de depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação, referida depreciação tem fundamento no artigo 69 da Lei federal nº 3.470/58, reproduzido pelo artigo 323 do Decreto nº 9.580/18. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida. O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo suas interpretações e orientações do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Saldos Patrimoniais

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		3.161	-	3.161	3.161	-	3.161
Edifícios	4	24.574	(23.896)	678	23.995	(23.870)	125
Instalações	5	72.309	(41.956)	30.353	70.206	(39.467)	30.739
Benfeitorias	5	70.343	(59.197)	11.146	70.148	(57.174)	12.974
Eqtos Operacionais	20	327.170	(281.353)	45.817	289.583	(254.850)	34.733
Eqtos. Não Operacionais	10	27.881	(18.180)	9.701	27.417	(18.603)	8.814
Veículos	20	397	(396)	1	397	(396)	1
Sub-total		525.835	(424.978)	100.857	484.907	(394.360)	90.547
Construções e Instalações em Andamento		3.881	(2.582)	1.299	3.905	(2.596)	1.309
Total		529.716	(427.560)	102.156	488.812	(396.956)	91.856

b) Movimentação

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Depreciações	31/12/2018
Terrenos	3.161	-	-	-	-	3.161
Edifícios	125	579	-	-	(26)	678
Instalações	30.739	2.103	-	-	(2.489)	30.353
Benfeitorias	12.974	195	(0)	-	(2.023)	11.146
Eqtos Operacionais	34.733	41.603	(4.005)	(10)	(26.504)	45.817
Eqtos. Não Operacionais	8.814	2.371	(1.992)	84	424	9.701
Veículos	1	-	-	-	-	1
Sub-total	90.547	46.851	(5.997)	74	(30.618)	100.857
Construções e Instalações em Andamento	1.309	-	(24)	(0)	14	1.299
Total	91.856	46.851	(6.021)	74	(30.604)	102.156

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Depreciações	31/12/2017
Terrenos	3.161	-	-	-	-	3.161
Edifícios	133	-	-	-	(8)	125
Instalações	31.193	2.145	(202)	-	(2.397)	30.739
Benfeitorias	14.363	562	-	-	(1.951)	12.974
Eqtos Operacionais	69.563	22.581	(4.798)	11	(52.624)	34.733
Eqtos. Não Operacionais	8.279	2.062	(576)	(10)	(941)	8.814
Veículos	3	-	(26)	-	24	1
Sub-total	126.695	27.350	(5.602)	1	(57.897)	90.547
Construções e Instalações em Andamento	1.333	-	(109)	(1)	86	1.309
Total	128.028	27.350	(5.711)	-	(57.811)	91.856

21. DIFERIDO: Composto por despesas pré-operacionais registradas pelo custo de aquisição e pela amortização acumulada. Segundo o art. 299-A da Lei federal nº 6.404/76, incluído pela Lei federal nº 11.941/09, o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeito à análise sobre a recuperação de que trata o § 3º do art. 183 desta Lei. Após a alteração das normas contábeis, não houve mais adições no grupo, apenas amortização do saldo remanescente.

a) Saldos Patrimoniais

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Gastos Pré Operacionais	20	17.605	(17.600)	5	17.605	(17.293)	312
Total		17.605	(17.600)	5	17.605	(17.293)	312

b) Movimentação

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Amortizações	31/12/2018
Gastos Pré Operacionais	312	-	-	-	(307)	5
Total	312	-	-	-	(307)	5

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Amortizações	31/12/2017
Gastos Pré Operacionais	1.040	-	-	-	(728)	312
Total	1.040	-	-	-	(728)	312

22. INTANGÍVEL: Representado por aquisição de licenças de uso de softwares, Direitos de Uso e Logiciais mensurados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, com taxas anuais de 20% e 50% e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos. O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo suas interpretações e orientações do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, *não sendo necessário ajuste em atendimento e observação desta norma.*

a) Saldos Patrimoniais

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	427.866	(400.684)	27.182	419.134	(364.447)	54.687
Total	427.866	(400.684)	27.182	419.134	(364.447)	54.687

b) Movimentação

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Amortizações	31/12/2018
Software	54.687	8.810	(3)	(74)	(36.238)	27.182
Total	54.687	8.810	(3)	(74)	(36.238)	27.182

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Amortizações	31/12/2017
Software	78.732	21.150	(46)	-	(45.149)	54.687
Total	78.732	21.150	(46)	-	(45.149)	54.687

23. FORNECEDORES: São apropriados pelo efetivo recebimento de bens e serviços, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

	2018	2017
Circulante	148.417	133.931
Não Circulante	207	324
	148.624	134.255

24. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS: A Companhia provisiona os salários, férias, honorários e programa de participação dos resultados a pagar adicionados aos encargos sociais correspondentes, tais como, FGTS, INSS, contribuição sindical, além das contribuições de Cofins e Pasep pelo regime de competência.

	2018	2017
Férias	28.511	28.449
Programa de Participação dos Resultados	19.950	18.583
Contribuições Sociais a Recolher	12.318	11.659
Salários e Encargos Sociais	9.675	6.184
Honorários	160	154
Outros	-	182
	70.614	65.211

25. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTE: Compreendem:

- (I) Impostos a Recolher (IR, INSS e ISS) - composto pelo passivo da Companhia a pagar referente impostos retidos na fonte e dos calculados sobre o faturamento.
- (II) Contas a Pagar - são valores a liquidar de instituições financeiras que fazem transações consignadas em nossa folha de pagamento e mensalidade sindical, tais valores são liquidados no dia útil seguinte ao processamento das referidas informações e depósitos em cauções que são garantias constituídas em espécie por fornecedores para assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais.

	2018	2017
IR a Pagar / Fonte	8.310	7.380
INSS a Pagar / Fonte	3.293	2.658
ISS a Pagar	1.155	2.104
ISS a Pagar / Fonte	3.095	1.238
Contas a Pagar	884	1.302
	16.737	14.682

26. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS: De acordo com a faculdade prevista na Lei Federal nº 9.249/95, a Companhia calculou os juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. No montante de R\$ 33.213 mil (R\$ 15.273 mil em 2017), os juros sobre o capital próprio são demonstrados diretamente no Patrimônio Líquido, em contrapartida ao passivo circulante, conforme disposto no item 15 da NBC TG 9:

	2018	2017
Juros Sobre o Capital Próprio	33.213	15.273
Juros Sobre o Capital Próprio a pagar de exercícios anteriores	122	69
(-) Adiantamento pago aos acionistas	(4.714)	(4.495)
	28.621	10.847

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Deste modo, os impostos foram reduzidos em R\$ 11.027 mil, aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio (benefício fiscal).

O Estatuto Social e a Política de Dividendos da Companhia asseguram um pagamento mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme preconizado pela legislação societária. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos e o saldo a pagar:

	2018	2017
Resultado Líquido	59.707	27.050
(-) Constituição Reserva Legal	(2.986)	(1.352)
Resultado Líquido ajustado	56.721	25.698
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%):		
Juros Sobre o Capital Próprio	14.180	6.424
Adiantamento pago aos acionistas:		
Juros Sobre o Capital Próprio	(4.714)	(4.495)
	9.466	1.929

A Assembleia Geral da Companhia, realizada em 25 de abril de 2018, aprovou a distribuição de 59,43 % do lucro líquido ajustado apurado no exercício de 2017, no montante R\$ 27.050 mil, dos quais R\$ 1.352 mil foram destinados para Reserva Legal, R\$ 6.424 mil distribuídos a título de dividendos obrigatórios (sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio), R\$ 8.849 mil distribuídos a título de dividendos adicionais (também sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio) e R\$ 10.424 mil como Reservas de Lucros. A Reserva de Lucros no valor de R\$ 10.424 mil foi incorporada ao Capital Social conforme deliberação em reunião do Conselho de Administração realizada em 29/11/2018 e previa na reunião do Conselho Fiscal realizada em 27/11/2018.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no Passivo Não Circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

	Saldo em 31/12/2017	Adições (I)	Baixas/ Reversões (II)	Atualização Monetária (III)	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	11.773	6.373	7.904	-	10.242
Cíveis	4.201	253	4.175	-	279
Total	15.974	6.626	12.079	-	10.521
	Saldo em 31/12/2016	Adições (I)	Baixas/ Reversões (II)	Atualização Monetária (III)	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	13.353	2.669	4.327	78	11.773
Cíveis	528	4.427	757	3	4.201
Total	13.881	7.096	5.084	81	15.974

(I) Correspondem ao complemento das provisões para riscos trabalhistas e cíveis, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuadas pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Despesas Gerais e Administrativas”, na Demonstração do Resultado.

(II) Representadas pela reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Companhia, inclusive da mudança de tratativa por decisão da administração (Reunião da Diretoria nº 1868/00622 em 19/09/2018) e deixa de ser registradas as ações possíveis nas demonstrações contábeis, seguindo exclusivamente a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25.

(III) Os registros até o exercício de 2018 são atualizados monetariamente pela TR mensal, desde 2017 a TR está zero.

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

Em 31 de dezembro, a provisão registrada para perdas **Prováveis** em ações trabalhistas foi de R\$ 10.242 mil, além do montante de R\$ 5.426 mil de causas Possíveis não contabilizadas.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro, a provisão registrada para perdas **Prováveis** em ações cíveis foi de R\$ 279 mil, além do montante de R\$ 5.689 mil de causas Possíveis não contabilizadas.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- a) **CAPITAL SOCIAL:** Na Assembleia Geral realizada dia 25 de abril de 2018, foi deliberado o saldo dos Lucros Retidos de R\$ 10.424 mil para constituição da Reserva de Lucros. Em 29/11/2018, de acordo com ata de reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a integralização dos R\$ 10.424 mil (179.915.311 novas ações) ao Capital Social, representado por 9.457.288.806 (9.277.373.495 em 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, conforme segue:

Resumo 2018	
Quantidade de Ações em 31/12/2017	9.277.373.495
Incorporações aprovadas na reunião do Conselho de Administração dia 29/11/2018	179.915.311
Total – Nova Quantidade de Ações a partir de 29/11/2018	9.457.288.806

b) RESERVA DE LUCROS: É constituída por:

- (I) Reserva Legal - a razão de 5% do lucro líquido após a reversão dos juros sobre o capital próprio apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei federal nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.
- (II) Lucros Retidos – apurado no exercício de 2018 o valor de R\$ 23.508 mil correspondente ao lucro líquido do exercício remanescente após deduções legais e caberá a Assembleia Geral deliberar sobre sua destinação. O saldo de R\$ 10.424 mil referente ao exercício de 2017 (deliberado em Assembleia Geral de 25/04/2018 como Reserva de Lucros) foi deliberado para aumento do Capital Social conforme ata de reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de novembro de 2018.

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	59.707	27.050
(-) Reserva Legal (5% do L.L.)	(2.986)	(1.352)
(-) Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	(33.213)	(15.273)
Lucros Retidos	23.508	10.424

- c) AÇÕES EM TESOURARIA: Refere-se às “Ações em Tesouraria”, pelo resgate das 7.760 ações nominativas da Prodesp, em decorrência da mudança jurídica de empresa de economia mista para empresa pública.

	Quantidade de Ações	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.282	0,1
Ações em Tesouraria	7.760	0,4
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.042	0,5

29. COBERTURA DE SEGUROS: A Companhia adota uma política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Os valores são estabelecidos a fim de aproximar o valor segurado aos preços de mercado dos bens, considerando-se a natureza de suas atividades, bem como a sua gestão de riscos. Além de manter seguros que cobrem, entre outros, incêndio, demais danos aos bens e seguro de responsabilidade contra terceiros, adicionalmente, também mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e gerentes (“seguro D&O”). A Companhia contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais.

A cobertura dos principais seguros da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

Ramo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edificações, máquinas, equipamentos e utensílios	Empresarial/Master (multirisco)/Incêndio/Roubo	314.410
Veículos	Incêndio/Furto/Colisão	130
Acidentes pessoais coletivos	Morte/Invalidez	232
Seguro de vida em grupo	Morte/Invalidez	25.024
Responsabilidade de Executivo (D&O - Directors and Officers)	Responsabilidade Civil	10.000

30. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 4.1 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16, disponível em <http://www.prodesp.sp.gov.br/governanca-corporativa.asp>

a. Saldos a Receber

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Contas a Receber de Clientes”, no Ativo Circulante e Não Circulante, detalhados no item 12 destas Notas Explicativas.

CIRCULANTE

	2018	2017
Administração Direta	148.451	149.252
Administração Indireta	13.538	15.147
Convênio Poupatempo	170.111	102.801
	332.100	267.200

NÃO CIRCULANTE

	2018	2017
Administração Direta	4.350	3.269
Administração Indireta	1.565	1.564
	5.915	4.833

b. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica "Outras Contas a Receber", no Ativo Circulante, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2018, as notas de débitos de funcionários cedidos pela PRODESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 9.340 mil (em 2017 - R\$ 11.784 mil).

A composição dos saldos a receber referente a funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.559	400
Secretaria de Governo	199	176
Instituto de Assist. Médica ao Servidor Público Estadual	109	86
Secretaria de Segurança Pública	75	67
Cia do Metropolitano de São Paulo	63	-
Casa Civil	61	49
Secretaria da Saúde	54	196
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	43	61
Secretaria de Desenvolvimento Social	39	167
Cia de Saneamento Básico do Estado de SP	33	-
Tribunal de Contas do Estado de SP	22	35
Secretaria de Desenv. Econômico, Ciência e Tecnologia	17	-
Departamento Estadual de Trânsito	-	381
Secretaria de Logística e Transportes	-	66
	2.274	1.684

c. Serviços prestados para partes relacionadas

Em 2018, o montante dos serviços prestados pela PRODESP para partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 850.924 mil (em 2017 - R\$ 857.532 mil).

	2018	2017
Administração Direta	725.345	721.411
Administração Indireta	125.579	136.121
	850.924	857.532

d. Serviços prestados por partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 167 mil e R\$ 468 mil a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por partes relacionadas:

	2018	2017
Cia. Paulista de Obras e Serviços – CPOS	148	399
Imprensa Oficial do Estado de SP – IMESP	19	69
	167	468

e. Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Parecer CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 001/2018, baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Para o período de abr/2018 a mar/2019 foi aprovado na Assembleia realizada dia 25/04/2018, no montante de R\$ 4.040 milhões.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores que é R\$ 21.310,65, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal. A remuneração mensal do Comitê de Auditoria fixada em R\$ 10.439,52, ambos por profissional.

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

Os Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

O Prêmio eventual relativo ao lucro pago aos Diretores é evidenciado no Parecer Codec n. 001/2018 e no item 5 da Política de Dividendos da Companhia.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes registrados na rubrica “Honorários”, foi de R\$ 3.254 mil e R\$ 2.818 mil para os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	2018		2017	
	Número de membros ¹	Remuneração	Número de membros ¹	Remuneração
Conselho de Administração	7	474	9	723
Comitê de Auditoria	3	125	0	-
Conselho Fiscal	4	190	3	144
Diretoria Executiva	5	2.465	5	1.951
Total	19	3.254	17	2.818

¹ Em 31 de dezembro

f. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar

Os saldos a pagar de JCP e dividendos, estão registrados na rubrica “Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos”, no Passivo Circulante, detalhados no item 26 das Notas Explicativas.

31. PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV: Em continuidade ao Programa de Demissão Voluntária – PDV, implementado em 2017, o prazo para desligamento dos empregados ocorrerá em até 24 meses (Junho/2019), a critério da Companhia, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão. Foram abertas três janelas para adesão encerrada em 2018, totalizando 142 empregados.

Segue demonstrativo das adesões e desligamentos:

Período	Quantidade
Desligados em 2017	65
Desligados em 2018	49
Previsão para 2019	28
Total de Adesões	142

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2018, têm sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2019.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES: A Companhia tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de promover a readequação da estrutura para enfrentar os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Nesta perspectiva foi o Programa de Demissão Voluntária – PDV, conforme detalhado no item 31 das Notas Explicativas, logo restam para se desligar 28 funcionários ao longo do exercício de 2019.

Contadora - Roberta Capote Costa - CRC-SP 1SP296.268/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE
SÃO PAULO – PRODESP
Taboão da Serra - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 'T' SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2018

O Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP reuniu-se nos termos da legislação vigente e do estatuto da Sociedade, examinar o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Movimento das Contas do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas. Baseando-se nos exames e verificações que efetuou mensalmente nos balancetes da Companhia, no relatório final dos auditores independentes e nos esclarecimentos da diretoria, deliberou considerar as referidas Demonstrações Contábeis em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 19 de março de 2019.

Fellipe Babbini Marmo

João Carlos Campanilli Filho

Marcio Cury Abumussi

Marcos D'Avino Mitidieri

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da PRODESP - Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

O CAE tem como missão zelar pela boa governança, pela ética corporativa e por um adequado sistema de controles internos de forma a garantir a confiabilidade e a veracidade dos informes produzidos pela empresa, agindo de forma integrada com as decisões do Conselho de Administração e com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou pela condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis da Companhia sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esta é a responsabilidade da Administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Resumo das atividades em 2018/2019

No período de 26 de setembro de 2018 (primeira reunião ordinária do CAE após sua instalação) a 31 de dezembro de 2018, o CAE realizou 5 reuniões ordinárias e extraordinárias e em 2019, realizou mais 5 reuniões ordinárias e extraordinárias das quais 2 conjuntas com o Conselho Fiscal para análise das Demonstrações Financeiras de 2018. Nestas reuniões cumprimos diversas pautas tais como Revisão do Regimento Interno do CAE; Atividades da Auditoria Interna; Atividades da Gerência de Conformidade, Código de Conduta e Canal de Denúncias; Licitação de Auditoria Externa para 2018 e para 2019; Intangível, Receitas e Critérios de PCLD - Provisão pra Créditos de Liquidação Duvidosa; Convênio Poupatempo; Plano de Auditoria Interna para 2018 e observações levantadas nos trabalhos executados, entre outros temas.

As reuniões e discussões envolveram além de Conselheiros Fiscais, Membros do Comitê de Ética, Diretores Executivos, Gerentes Executivos, Auditores Internos, Auditores Independentes e Advogados Internos. Os assuntos relevantes foram reportados ao Conselho de Administração, à Diretoria e às Gerências.

Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As opiniões e julgamentos do CAE dependem das informações que são apresentadas pela Prodesp, em particular dos Administradores, das Gerências de Contabilidade, Jurídica, e demais gerências e superintendências, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o CAE, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão que efetuou - descritos aqui de forma sumarizada - assim como em razão das informações prestadas pela Audilink Auditores Independentes, e considerando ainda o Relatório dos Auditores

Independentes emitido sem ressalvas, julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Prodesp relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Assim, os membros do CAE não possuem ressalvas e recomendam a aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de março de 2019.

Angela Aparecida Seixas

Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário e
Membro Independente do Conselho de Administração

João Carlos Castilho Garcia

Marcelo Diniz de Paula Rocha

(Obs: A íntegra deste relatório encontra-se disponível no site da Prodesp).



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

1. Mensagem da Administração

[102-14;102-23]

Com este relatório de sustentabilidade, a Prodesp reafirma mais uma vez seu total compromisso com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, do qual se tornou signatária em 2014, em especial com seus dez princípios e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Pelo décimo primeiro ano, o quinto com o uso da metodologia GRI - Global Reporting Initiative, registramos neste relatório a evolução de processos, ações e iniciativas da companhia voltados à governança corporativa, à preservação do meio ambiente e à responsabilidade social. Damos transparência ao que estamos fazendo para nos tornar uma empresa cada vez mais responsável e sustentável.

Nesse contexto, destacamos no ano de 2018, a implantação do Programa de Integridade Corporativa da Prodesp e do nosso novo Código de Conduta e Integridade; a constituição do Comitê de Ética aprovado no final do ano anterior; e a abertura de um Canal de Denúncias na Internet, para qualquer interessado reportar, com total garantia de sigilo, práticas de corrupção, fraudes, atos ilícitos e irregularidades envolvendo a empresa ou seus funcionários.

Tais ações, adotadas no âmbito da implementação dos preceitos da Lei federal 13.303/2016, a chamada Lei das Estatais, estão fortemente alinhadas com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, particularmente com seu décimo princípio, que trata do combate à corrupção em todas as suas formas, incluindo o suborno e a extorsão.

Na mesma direção, em 2018 a Prodesp também aderiu ao movimento Empresa Limpa, organizado por instituições como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Fórum Econômico Mundial e o Pacto Global da Organização das Nações Unidas. Trata-se de um compromisso voluntário assumido por companhias públicas e privadas para promover um mercado mais íntegro e ético.

No que tange ao relacionamento com stakeholders, destaque para o resultado da Pesquisa de Clima Organizacional (PCO), que mede o nível de satisfação dos funcionários, que apresentou seu melhor resultado em oito anos: 74,31%. Uma evolução de 3,86 pontos em relação a 2017, quando a satisfação medida foi de 70,45%. O resultado de 2018 ficou muito próximo da meta de no mínimo 75% perseguida desde 2011, ano da primeira aferição.

Em relação à gestão ambiental, ressaltamos a redução de 72% no consumo de energia de fontes renováveis, a manutenção da trajetória descendente no consumo de água, o leilão de cerca de 30 toneladas de sucata variada para reciclagem - papel, vidro e plástico -; e a redução na emissão de gases de efeito estufa de fontes não renováveis.

No âmbito das boas práticas trabalhistas, a empresa proporcionou a seus empregados 44,8 mil horas de capacitação, número 21% superior ao ano anterior. O investimento foi distribuído em mais de oito mil atividades, com destaque para a certificação de 100% dos funcionários no Código de Conduta e Integridade por meio de plataforma de EaD (educação a distância).

A preocupação da Prodesp com a responsabilidade social se concretizou em diferentes ações, como a manutenção pelo vigésimo nono ano seguido do apoio à Sociedade Cooperativa de Trabalho de Assistentes ao Jovem (CoopJovem), que atua na sociabilização e iniciação profissional de adolescentes; e na realização de campanhas solidárias, com ampla participação dos funcionários, para arrecadação de agasalhos, de mechas de cabelo para confecção de perucas para pessoas em tratamento contra o câncer e doação de sangue, entre outras.

No período, a empresa também realizou patrocínios e doações incentivadas previstas na legislação, destinando recursos, entre outras entidades, à Associação Sociedade Cultura Artística, e contribuindo para a implantação do Centro de Oncologia Ocular do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, e para a manutenção dos serviços de equoterapia da APAE de Cabo Frio (RJ).

Essas e outras ações detalhadas neste relatório representam a realização do compromisso da Prodesp com as melhores práticas de governança, a integridade, a equidade, o meio ambiente e a construção de uma sociedade mais justa.

Carlos André de Maria de Arruda
Presidente

2. Sobre o Relatório

2.1. Relato

Como ocorre desde 2008, a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp cumpre seu compromisso de transparência e apresenta a décima primeira edição do Relatório de Sustentabilidade com dados do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Emitido anualmente, sua última publicação data de agosto de 2018, refletindo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017. [\[102-1;102-50;102-51;102-52\]](#)

A metodologia Global Reporting Initiative - GRI tem sido utilizada desde 2014 para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade, inclusive no que se refere aos princípios para definir e assegurar a qualidade do conteúdo. Esta edição foi preparada de acordo com a Global Reporting Initiative (GRI) Standard, refletindo o costumeiro processo de aprimoramento e elevação no volume de dados relatados, especialmente no que se refere aos temas prioritários, apresentados oportunamente na Matriz de Materialidade. [\[102-49;102-54\]](#)

A elaboração do relatório reúne esforços do Comitê de Sustentabilidade, composto por colaboradores de diferentes áreas da empresa, além do trabalho de uma consultoria especializada em sustentabilidade. Cabe ao Diretor-Presidente o processo de verificação e aprovação considerando, dentre outros aspectos, a objetividade e clareza do conteúdo. Uma auditoria independente responsabiliza-se pela asseguuração das informações econômicas, ambientais e sociais relatadas. [\[102-31;102-32;102-20\]](#)

Este relatório está disponível para conhecimento público no site da Prodesp - www.prodesp.sp.gov.br. Como forma de Comunicação de Progresso (COP), também é publicado no site internacional do Pacto Global - www.unglobalcompact.org. Esclarecimentos, dúvidas, comentários, elogios e sugestões podem ser encaminhados para a Ouvidoria Prodesp, a partir do link disponível no site da companhia. [\[102-53\]](#)

2.2. Matriz de Materialidade

No decorrer do ano de 2017, a Prodesp contou com a participação de stakeholders formados por fornecedores, clientes e colaboradores em um esforço integrado a fim de constituir Matriz de Materialidade. Juntos, refletiram e avaliaram riscos e impactos das operações desenvolvidas pela Prodesp.

O tema que recebeu maior destaque foi “governança”, seguido por “energia”, “água” e “materiais”, entre outros. A partir desse resultado, a elaboração do relatório passou a ser orientada por tais temas e, nesta sua nova edição, seguimos com o objetivo de expandir o relato e mapeamento de tais indicadores. [103-1]



A Prodesp prossegue no atendimento dos temas prioritários retratados na Matriz de Materialidade, monitorando-os no âmbito da organização e também no ambiente externo, nos limites das possibilidades de atuação da empresa.

3. Perfil Organizacional

3.1. A Companhia

A história da Prodesp se confunde com a própria história do uso da informática no Governo do Estado de São Paulo. Criada em 24 de julho de 1969, pelo Decreto Estadual nº 137, a empresa iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano, em uma sala emprestada no prédio da Secretaria da Fazenda, no centro de São Paulo, com apenas dois funcionários e sem equipamentos.

Um sobrado de três andares, no bairro da Ponte Pequena, foi a primeira sede própria, em 1970. Em julho do mesmo ano, foi executado o primeiro trabalho: o processamento da folha de pagamento do Estado, então com 290 mil funcionários.

Desde 1978, está sediada na cidade de Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo / Brasil, sendo a unidade com maior relevância operacional e, portanto, trata-se da unidade base para o conteúdo deste relatório. [102-3;102-4]

A década de 90 foi marcada principalmente pela transformação definitiva da Prodesp, de birô de processamento de dados em empresa de tecnologia da informação. Em 1995, o Estado intensifica o uso da informática como ferramenta de gestão e surge o Poupatempo como um novo paradigma na prestação de serviços públicos. Desde o início, a Prodesp tem atuado ativamente na implantação e administração dos seus postos de atendimento.

A partir dos anos 2000, o antigo CPD da Prodesp passou por um profundo processo de transformação, tornando-se, no final da década, no principal e mais bem equipado Data Center do Governo do Estado de São Paulo, detentor de quatro certificações ISO integradas - 9001, 14001, 20000 e 27001 - e responsável pelo processamento e armazenamento de boa parte das informações estaduais.



Em função da natureza dos serviços prestados a seus clientes, a área de atuação da Prodesp abrange todo o Estado de São Paulo, com uma população de cerca de 44 milhões de pessoas. [102-6]

A Prodesp busca constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Nesse sentido, em decorrência da Lei Federal 13.303/2016, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018 a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculada em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 desta lei. Com essa operação societária, a Prodesp deixou de ser uma sociedade de economia mista e se transformou em uma sociedade por ações de capital fechado, com natureza jurídica de empresa pública e tendo como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo. [\[102-5;102-7\]](#)

ACIONISTAS	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	99,65765%
IPESP	0,34220%
DERSA	0,00001%
COESP	0,00001%
CEAGESP	0,00001%
CODASP	0,00001%
TOTAL	100,00000%

3.2. Compromissos



Network Brazil
WE SUPPORT

Pacto Global Rede Brasileira

Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros em quase 80 redes locais, que abrangem 160 países.¹

Como signatária desde 2014, a Prodesp apoia formalmente o Pacto Global, intensificando práticas, implementando e renovando ações relacionadas com seus dez princípios universais:

 <p>1. RESPEITAR e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.</p>	 <p>2. ASSEGURAR a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.</p>	 <p>3. APOIAR a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.</p>	 <p>4. ELIMINAR todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.</p>	 <p>5. ERRADICAR todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.</p>
 <p>6. ESTIMULAR práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.</p>	 <p>7. ASSUMIR práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais.</p>	 <p>8. DESENVOLVER iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.</p>	 <p>9. INCENTIVAR o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.</p>	 <p>10. COMBATER a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.</p>

¹ Fonte: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>

Em setembro de 2015, chefes de Estado, de Governo e altos representantes da Organização das Nações Unidas reuniram-se em Nova York e adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Com o mesmo empenho dedicado aos princípios do Pacto Global, a Prodesp também assumiu o compromisso de contribuir para o alcance desses objetivos, colaborando para a disseminação das boas práticas empresariais e a construção de uma sociedade mais justa.

Ao longo deste relatório, há indicação dos respectivos princípios do Pacto Global e/ou Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que estão conectados com as ações desenvolvidas pela companhia.

Como resultado, a Prodesp orgulha-se por não terem ocorrido casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais ou queixas e reclamações relacionadas à discriminação e impactos em direitos humanos. Nem casos confirmados de corrupção. [\[406-1;411-1\]](#)



Em 2018, a Prodesp aderiu ao movimento Empresa Limpa, que tem como diretriz central o “Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção”. Trata-se de um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético para reduzir as diferentes práticas de corrupção.

Ao se tornar signatária do Empresa Limpa, que é organizado por instituições como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Fórum Econômico Mundial e Pacto Global das Nações Unidas, a Prodesp assume o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e outros stakeholders, a fim de que seja cumprida integralmente. Além disso, compromete-se a vedar qualquer forma de suborno e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

3.3. Associações

[102-13]

Por acreditar que a parceria é uma forma de solidificar ações positivas e unificar esforços para o alcance de objetivos comuns, a Prodesp preza pela associação a instituições representativas em suas respectivas áreas e convergentes com a missão e os valores da companhia.

	INSTITUIÇÃO	OBJETIVO
	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação	Promover a cooperação entre suas associadas e participar da elaboração de políticas públicas nas diversas esferas governamentais, a fim de que a informática seja utilizada como instrumento de gestão, prestação de serviços e cidadania.
	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial	Discutir e promover a comunicação corporativa e organizacional como uma função administrativa, política, cultural e simbólica para a gestão estratégica das organizações e para o fortalecimento da cidadania.
	Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento	Criar condições facilitadoras para os profissionais de Recursos Humanos e Treinamento desempenharem seus papéis.
	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fortalecer e fomentar o setor de TIC, impulsionando a inovação das empresas e envolvendo-se nas principais políticas públicas e programas relacionadas à área.
	Grupo de Líderes Empresariais	Promover a integração entre empresas, organizações e entidades privadas, por meio de programas de debates, fóruns e iniciativas de apoio à sustentabilidade, educação e responsabilidade social.

3.4. Produtos e Serviços

A Prodesp atua no mercado de desenvolvimento e integração de aplicações, operações e infraestrutura de TI, prestação de serviços profissionais, segurança da informação e consultoria. As soluções que desenvolve, entre outros benefícios, ajudam o Governo do Estado de São Paulo a controlar rigorosamente a arrecadação e os gastos, tornar mais ágeis os processos operacionais, dar maior transparência às suas ações e facilitar a vida do cidadão.

Dentre os principais serviços executados pela Prodesp, detalhados no Relatório de Administração, às páginas 08-26, está a implantação, operação e gerenciamento de dois dos mais importantes programas do Governo do Estado de São Paulo: o Poupatempo, que apenas em 2018 realizou 34,4 milhões de atendimentos com uma aprovação de 98,82% dos usuários de seus serviços; e o ACESSA SP, voltado ao desenvolvimento pessoal e profissional do cidadão, por meio do uso qualificado da Internet. [\[102-2\]](#)

Em função da natureza de atuação da companhia, relacionada às suas responsabilidades quanto ao armazenamento e utilização de dados do cidadão, em 2018 a Prodesp constituiu um Grupo de Trabalho para adaptação da empresa à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Por possuir certificação ISO 27001, vários aspectos da lei já são atendidos.

A Prodesp utiliza seus canais de comunicação para disponibilizar informações sobre sua atuação, bem como para esclarecer a comunidade sobre seus serviços e produtos. A empresa cumpre todas as legislações e normas que versam sobre as exigências e segurança de dados, sendo que nenhum dos seus produtos ou serviços são proibidos ou contestados. A Prodesp afirma atuar integralmente em benefício da segurança, sigilo e exatidão na gestão dos dados que transitam em todos os serviços que oferece. [\[416-1; 416-2; 417-1\]](#)

Assim, como a Prodesp cumpre integralmente as exigências para informações e rotulagens para os serviços que desenvolve, 2018 foi mais um ano sem registros de não conformidade relacionadas com rotulagem e comunicações de marketing. Da mesma forma, não houve reclamações ou ações judiciais movidas por violação de privacidade e perda de dados de clientes, tampouco não conformidade com leis nem regulamentos nas áreas social e econômica. [\[417-1;417-2;417-3;419-1\]](#)

Para monitoramento e constante aprimoramento, anualmente é realizada a pesquisa de satisfação dos clientes, conduzida por instituto independente, conforme descrito no Relatório de Administração, à página 36.



3.5. Prêmios e Reconhecimentos

Destaque do Ano em Serviços para Governo

Pelo terceiro ano consecutivo, a Prodesp foi empresa Destaque do Ano do Anuário Informática Hoje 2018, na categoria Prestador de Serviços para Governo - Empresas de Grande Porte. A escolha das empresas vencedoras em cada segmento levou em conta o desempenho econômico-financeiro no ano anterior. O Prêmio Anuário Informática Hoje é concedido há 33 anos e é amplamente reconhecido pelo mercado brasileiro de TI.



Poupatempo é o melhor serviço público de São Paulo

O Poupatempo, programa gerenciado pela Prodesp, foi eleito pelo Instituto Datafolha o "Melhor Serviço Público de SP" pelo quarto ano consecutivo. O programa criado em 1997, conta hoje com 72 postos fixos em todo o Estado, além de uma unidade móvel que percorre as áreas mais distantes da Grande São Paulo.

Entre as inovações recentes estão o sistema de atendimento agendado em todas as unidades, a coleta eletrônica de imagens e impressões digitais, os totens de autoatendimento, aplicativos para celulares e o atendente virtual Poupinha, todas com o objetivo de aproximar o estado do cidadão e facilitar a emissão de documentos.

Desde a sua fundação, em 1997, o Poupatempo prestou mais de 566 milhões de serviços; o número é mais do que o dobro da população total do Brasil e 12 vezes a do estado de São Paulo. Em 22 anos de existência, emitiu 59,2 milhões de RGs, 29,7 milhões de CNHs e 14 milhões de Carteiras de Trabalho, entre inúmeros outros documentos.



4. Governança

4.1. Diretrizes Corporativas

Comprometida em cumprir todos os requisitos legais agregados pela Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 62.349/2016, e seguindo com rigor os Princípios Básicos da Governança - Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa -, a Prodesp vem aprimorando seus mecanismos de governança desde 2017, com os seguintes resultados:

- **Estatuto Social** - adequado ao novo aparato legal, ao Decreto Estadual nº 62.349/2016, às orientações do Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo - Codec, ao novo cenário da tecnologia da informação e da comunicação e às boas práticas de Governança Corporativa, em conformidade com as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- **Nova estrutura de governança** - criadas cinco novas estruturas de governança: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, Comitê de Ética e Secretaria de Governança;
- **Regimentos e Políticas Internas** - formalização do funcionamento dos órgãos e práticas de governança da Prodesp, em cinco regimentos (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria Interna) e três políticas (Dividendos, Divulgação de Informações e de Porta Vozes e Transações com Partes Relacionadas);
- **Código de Conduta e Integridade** - adoção do Código de Conduta e Integridade, com Canal de Denúncias, Comitê de Ética e Política de Consequências;
- **Programa de Integridade** - criado em 2018, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/15, reúne os instrumentos utilizados na prevenção, detecção e combate à corrupção, com procedimentos definidos de forma a prevenir o envolvimento da instituição, empregados, dirigentes e terceiros em atos lesivos contra a administração pública;
- **Sistema de Monitoramento de Desempenho Empresarial** - Grupos de Trabalhos (GTs) que se reportam diretamente ao diretor-presidente e têm apoio do Escritório de Projetos Corporativos para monitorar indicadores de desempenho como vendas, expansão, produtos e finanças, entre outros, subsidiando a tomada de decisões nas reuniões semanais de diretoria.

As adequações realizadas preservaram as boas práticas de governança já adotadas anteriormente, como segregação de funções. Por determinação estatutária, pessoas distintas ocupam os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor-presidente de empresa. Este último, no entanto, integra o Conselho de Administração - o que garante uma prestação de contas mais adequada -, mas se abstem de votar em temas que possam configurar conflito de interesses. [\[102-18;102-19\]](#)

4.2. Nossos Valores

[102-16]

As ações da Prodesp são norteadas por um conjunto de princípios que permeiam sua missão, visão e valores, orientando documentos como o Código de Conduta e Integridade e a Política de Governança Corporativa.



Missão, Visão e Valores Prodesp

Missão

"Contribuir para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras"

Visão

"Ser referenciada pela excelência no provimento de soluções para o setor público"

Valores

Foco no cliente

- Entender as necessidades do cliente.
- Ser parceiro do cliente nos seus desafios.
- Atender no prazo, com qualidade e preço competitivo.

Compromisso com resultados

- Assumir compromissos junto ao cliente e internamente.
- Empenhar-se para cumprir os compromissos assumidos.
- Estimular os colegas de trabalho a ter a mesma postura.

Inovação

- Pensar fora do senso comum.
- Questionar e desafiar as limitações.
- Buscar alternativas para alcançar os resultados desejados.

Ética

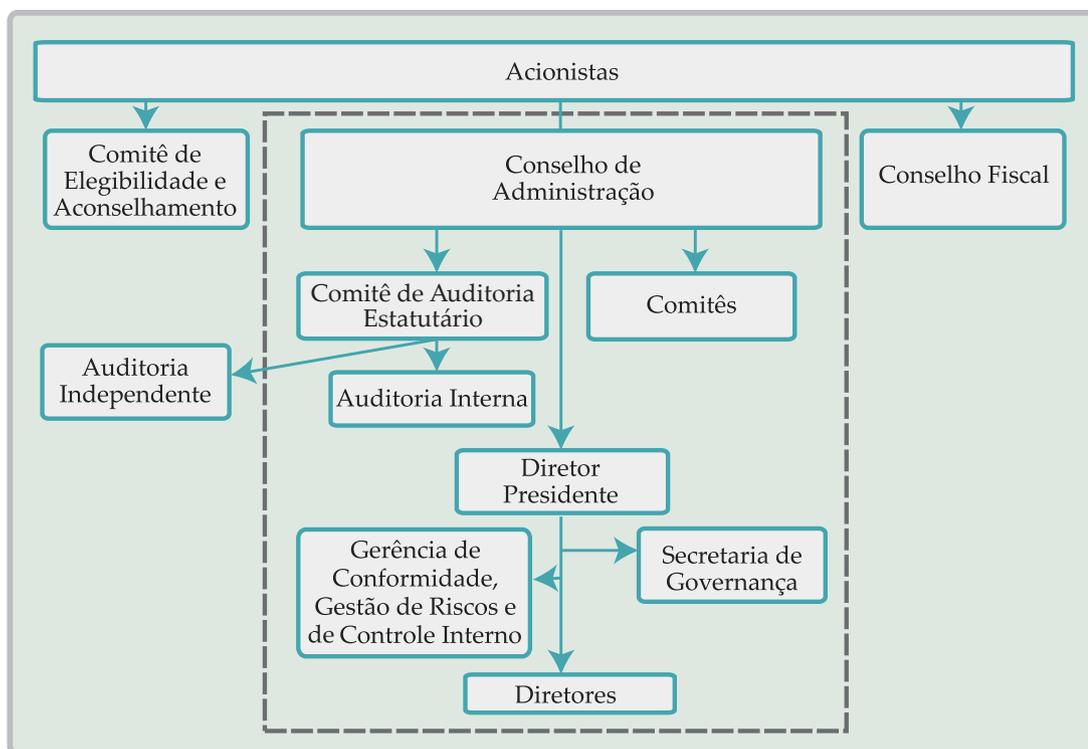
- Agir de forma íntegra, responsável e profissional.
- Respeitar os princípios, valores e melhores práticas da cidadania.

Senso de urgência

- Fazer o que tem de ser feito no tempo certo.
- Não esperar para agir.

4.3. Órgãos de Governança

Com adequações à Lei das Estatais, o organograma da estrutura de governança possui a seguinte configuração: [102-18]



Nota: modelo adaptado do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

Os órgãos de governança possuem a composição descrita no quadro a seguir e apresentam em seu colegiado 20% de presença feminina, índice bastante superior à média de 10% apurada pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa na pesquisa “Governança Corporativa em Empresas Estatais Listadas no Brasil - 2ª Edição”, de 2018.

Colegiados da Estrutura de Governança	Masculino	Feminino
Conselho de Administração	7	0
Conselho Fiscal	4	0
Diretoria Executiva	5	0
Comitê de Ética	2	2
Comitê de Auditoria Estatutário	2	1
Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento	3	0
Secretaria de Governança	1	3
Total de Membros	24	6

A periodicidade das reuniões dos órgãos de governança é distinta. O Conselho de Administração, Conselho Fiscal e os Comitês de Elegibilidade e Aconselhamento e de Ética possuem reuniões mensais; a Diretoria Executiva atua com reuniões semanais e o Comitê de Auditoria Estatutário com no mínimo 30 horas mensais. Todos com calendário anual e pautas de temas ordinários que envolvem cenários críticos e avaliação sobre a eficácia de processos de gestão de risco dos aspectos econômicos, ambientais e sociais.

A remuneração dos executivos da empresa está limitada à remuneração do Governador do Estado de São Paulo. A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. Com exceção dos membros do Comitê de Auditoria, que podem optar pela remuneração deste colegiado ou pela de conselheiro administrativo, caso integrem também o Conselho de Administração, os demais comitês e a Secretaria de Governança não possuem remuneração. [102-35;102-36]

A Prodesp paga prêmio aos seus diretores, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral ou anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os prêmios anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor. A remuneração individual está disponível no Portal da Transparência - www.transparencia.sp.gov.br. Na tabela a seguir, é apresentada a remuneração total do colegiado no último triênio:

R\$ mil

	2016		2017		2018	
	Membros	Remuneração	Membros	Remuneração	Membros	Remuneração
Conselho de Administração ¹	8	689	9	723	7	474
Conselho Fiscal	3	152	3	144	4	190
Conselho Fiscal	-	-	-	-	3	125
Diretoria Executiva	5	2.358	5	2.323	5	2.465
TOTAL	16	3.199	17	3.190	19	3.254

¹ O número total de membros do Conselho de Administração em 2016 foi retificado.

As contratações e nomeações privilegiam a capacitação técnica e o acúmulo de experiência no ambiente corporativo e são designadas para as operações na sede da empresa, sem preferência ou restrição quanto ao local de origem dos contratados, em conformidade com os critérios de elegibilidade dispostos nos artigos 17, 22 e 26 da Lei federal nº 13.303/2016, dentre outros dispositivos legais. Contratados e nomeados são avaliados pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento.

Os agentes de governança são responsáveis pelo constante aprimoramento do sistema de Governança Corporativa e são representados pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Órgãos Fiscalizadores (Auditoria interna e externa, Tribunal de Contas do Estado e Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - Codec), além de comitês e Grupos de Trabalho. Todos atuam com independência, diligência e proatividade. A decisão nos colegiados é por maioria, porém a responsabilidade é limitada ao registro da decisão do membro em ata.

Com o uso de técnicas de autoavaliação e avaliação cruzada entre os pares, os órgãos de governança realizam a gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais. As conclusões orientam as tomadas de decisão que integram o planejamento estratégico, inclusive no que se refere à substituição de profissionais ou ao redirecionamento de políticas. [102-21]

O zelo pela sustentabilidade da companhia, com considerações de ordem social e ambiental nas operações do negócio, está sob a responsabilidade da Diretoria Executiva, representada pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Administrativo-Financeiro, sob a supervisão do Conselho de Administração e assessoria do Comitê de Sustentabilidade.

Em conformidade com a nova legislação, foi aprovado pelo Conselho de Administração, com ciência aos órgãos fiscalizadores, o Plano de Negócios 2019 e a Estratégia de Longo Prazo para o período 2019-2023, com análise de riscos e oportunidades para os próximos cinco anos. Tal documento encontra-se disponível em www.prodesp.sp.gov.br.

Atualmente, a Prodesp desenvolve ações visando conter o seguinte conjunto de riscos intrínsecos ao negócio da empresa: [102-15]

- Segurança da informação e ataques cibernéticos;
- Gestão da continuidade do negócio;
- Perdas significativas de faturamento pela adoção de inovações tecnológicas incrementais ou disruptivas ou pela concorrência do mercado;
- Apontamentos de órgãos controladores ou o não atendimento às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei federal nº13.709/2018).

A mitigação dos riscos exige atenção constante ao cenário atual e às tendências, bem como investimento contínuo em tecnologias físicas e lógicas de segurança da informação, suprimento de energia e refrigeração, entre outras.

Além de um canal exclusivo para denúncias, conforme preconizado pela Lei federal 13.303/2016, atualmente os meios de contato oferecidos pela empresa são a Ouvidoria, instituída pela Lei Estadual 10.294/1999, e o SIC - Serviço de Informações ao Cidadão, criado pela Lei Federal 12.527/2011. As reuniões com amostra selecionada de fornecedores e outros stakeholders também representam ações de engajamento em que a Prodesp busca ouvir e compreender as partes interessadas.

O conflito de interesses é uma situação inexistente na organização, uma vez que a companhia segue a Lei Federal nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego, bem como o Decreto Estadual nº 58.265/2012 e a Lei Federal nº 13.303/2016, que mitigam o risco ao proibir que uma pessoa atue em mais de dois conselhos de forma remunerada. [102-25]

A Prodesp não realiza contribuições financeiras para nenhum tipo de organização de caráter político-partidário. [415-1]

4.4. Código de Conduta e Integridade

[102-17;412-2]



4. ELIMINAR

todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.



5. ERRADICAR

todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.



7. ASSUMIR

práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais.



10. COMBATER

a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.

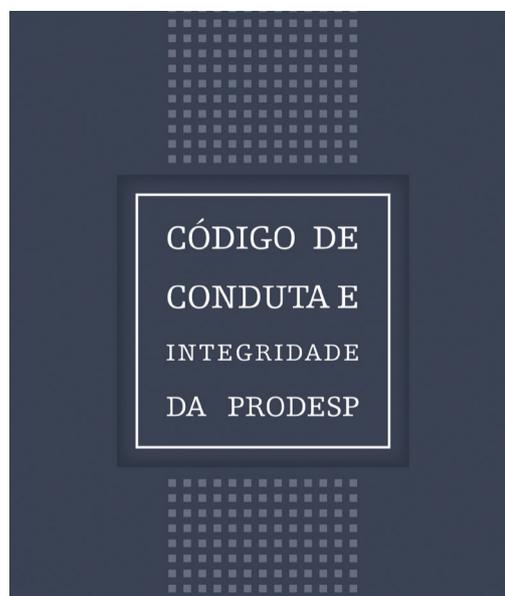


O Código de Conduta e Integridade da Prodesp foi lançado em 2018. O documento é uma revisão, à luz da Lei federal nº 13.303/2016, do Código de Ética e Conduta Empresarial implantado voluntariamente pela empresa em 2013, como um instrumento de orientação e valorização de uma cultura corporativa única, baseado no comprometimento individual e coletivo.

Junto com a adoção do novo Código, que incorpora uma Política de Consequências, foi aberto Canal de Denúncias no site da companhia e constituído Comitê de Ética.

Para garantir que todos tenham amplo conhecimento das regras e condutas estabelecidas no Código, foi realizado, com o uso de ferramenta de EaD, o treinamento obrigatório de 100% dos funcionários, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria Estatutário. Houve, ainda, o treinamento presencial dos alunos da CoopJovem, projeto social que funciona nas dependências da empresa. No total, foram emitidos 1846 certificados.

Além de atender à Lei das Estatais, as ações mencionadas reforçam o compromisso da Prodesp com os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, do qual a empresa é signatária, em especial quanto ao seu décimo princípio, que trata do combate à corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.



4.5. Canal de Denúncias

Espaço aberto a qualquer interessado para o registro eletrônico de denúncias sobre práticas de corrupção, fraudes, assédios moral e sexual, conflito de interesses, ações criminosas, improbidade administrativa e outros ilícitos previstos em lei, bem como sobre infrações ao Código de Conduta e Integridade da Prodesp. A denúncia pode ser feita anonimamente. Caso o denunciante decida se identificar, a companhia garante que sua identidade será preservada até o final da apuração.

O Comitê de Ética apura preliminarmente e propõe a investigação das denúncias. Também adota as medidas necessárias para proteger o denunciante de retaliações por parte de administradores ou demais envolvidos na denúncia. Assim que o registro da denúncia é finalizado, o denunciante recebe um número de protocolo para acompanhar o andamento do trâmite, sendo que não é possível localizar o denunciante quando esse código for usado.

Em 2018, foram registradas e reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário 166 denúncias, cabendo ao Comitê de Ética a apuração preliminar e o devido encaminhamento. As denúncias procedentes, dependendo de sua gravidade, motivaram orientações aos envolvidos, advertências, suspensões e transferências.

4.6. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal permanentemente aberto no site da Prodesp para receber as manifestações dos cidadãos e demais públicos com quem a empresa se relaciona, além de prestar esclarecimentos sobre o Código de Conduta e Integridade. Quaisquer dúvidas ou contribuições podem ser encaminhadas para o e-mail ouvidoria@prodesp.sp.gov.br ou por meio do formulário eletrônico disponível em www.prodesp.sp.gov.br.

A preocupação com o estabelecimento de canais diretos para manifestação da opinião dos stakeholders está alinhada com a Lei de Proteção e Defesa do Usuário de Serviços Públicos (Lei Estadual nº 10.294/1999). Em 2018, a Ouvidoria recebeu 81,3 mil manifestações, um volume 8% superior ao do ano anterior.

Manifestações			
Ano	2016	2017	2018
Quantidade (mil)	59,6	75,2	81,3



4. ELIMINAR

todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.



5. ERRADICAR

todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.



10. COMBATER

a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.



4.7. SIC Prodesp

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), regulamentada por meio do Decreto Estadual nº 58.052/2012, a Prodesp disponibiliza o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que permite a qualquer interessado solicitar documentos e dados relativos à companhia, seja pela Internet - www.prodesp.sp.gov.br - ou presencialmente em sua sede, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Em 2018, foram registrados 154 atendimentos, o que representa uma queda de 24% em relação a 2017.



3. APOIAR
a liberdade
de associação
e reconhecer
o direito à
negociação coletiva.



4. ELIMINAR
todas as formas
de trabalho
forçado ou
compulsório.



5. ERRADICAR
todas as formas
de trabalho infantil
da sua cadeia
produtiva.



4.8. Gestão de Relacionamento

Tendo como premissa o Princípio da Inclusão de Stakeholders, a Prodesp investe no aprimoramento de parcerias com a finalidade de garantir que os relacionamentos sejam benéficos, contribuindo para que todas as partes envolvidas consigam alcançar seus objetivos individuais e comuns.

São reconhecidos como partes interessadas os clientes, fornecedores, funcionários, a sociedade civil, a comunidade onde a empresa está inserida, os acionistas e as diversas instâncias governamentais. Há empenho constante para conhecê-los, engajá-los e estabelecer próspero relacionamento, considerando que todos, de alguma forma, influenciam ou são influenciados pela companhia. [\[102-40\]](#)

A cadeia de fornecedores da Prodesp reúne empresas de diferentes segmentos que atuam de maneira direta na elaboração dos serviços desenvolvidos pela empresa. A evolução tecnológica e as tendências mercadológicas impulsionam a inclusão de novos serviços como assessorias e consultorias especializadas. [\[102-9;102-10;102-42\]](#)



Um trabalho de aproximação dos stakeholders estratégicos é realizado desde 2016, convidando-os a detalhar seus controles e práticas operacionais. O grupo é constantemente acionado no decorrer do ano para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao trabalho e suas relações com a Prodesp. [102-43]

Dentre os principais tópicos e preocupações, estão a obtenção e manutenção de certificações, bem como o cumprimento de rigorosas políticas de descarte dos resíduos dos bens produzidos e/ou utilizados em seus processos produtivos. No entanto, todos os fornecedores apresentaram resultados satisfatórios para os aspectos analisados. [102-44]

Os fornecedores também garantem o acesso dos seus colaboradores à filiação sindical e zelam pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, atuando em consonância com sindicatos e o Ministério do Trabalho e Emprego. Como medidas para evitar impactos trabalhistas negativos, apresentam um rigoroso controle de jornada, a realização de treinamentos para líderes sobre aplicação da legislação trabalhista e procedimentos que garantem a acuracidade das rotinas pertinentes à área de Recursos Humanos, além de preservar a saúde e segurança dos seus funcionários. Ademais, declaram a inexistência de casos de trabalho infantil e trabalho forçado ou análogo ao escravo em suas operações, assim como nas contratações e terceirizações que realizam.

Os fornecedores avaliados possuem, ainda, manuais de ética que estabelecem diretrizes para relacionamento com colaboradores, clientes, comunidades, sócios, fornecedores e prestadores de serviços. Periodicamente, todos os colaboradores recebem treinamento e são certificados no que diz respeito às diretrizes estabelecidas.

A Prodesp pauta sua conduta pelo Princípio da Legalidade, sendo que os critérios para contratação de fornecedores, exclusivamente comerciais, incluem qualificação técnica comprovada e realização de procedimentos licitatórios eletrônicos e presenciais, regrados pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016. Garante-se, assim, a observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Todas as contratações da Prodesp privilegiam a livre concorrência e são designadas para as operações na sede da empresa e em suas unidades. Sendo assim, não há preferências ou restrições quanto ao local de origem dos fornecedores e prestadores de serviços.

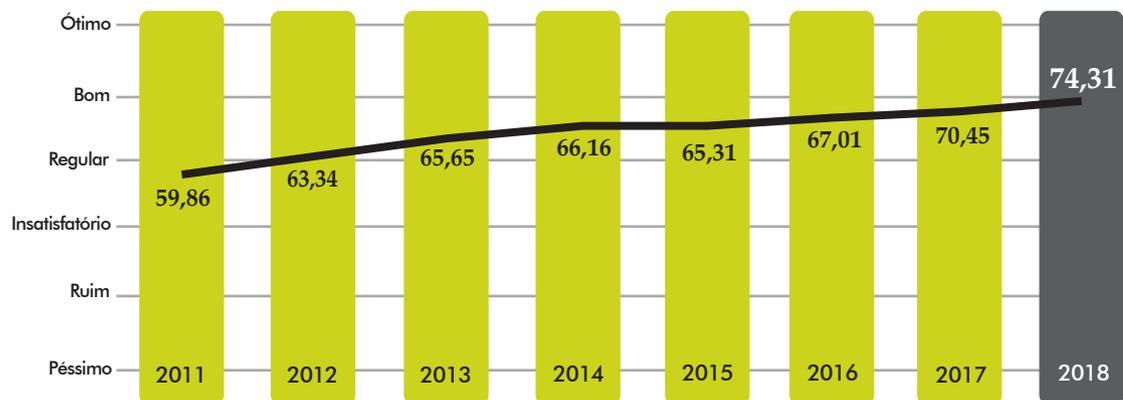


4.9. Clima Organizacional

O clima organizacional indica a percepção que os funcionários possuem do ambiente de trabalho. Desde 2011, a Prodesp realiza Pesquisa de Clima Organizacional (PCO) para conhecer a opinião de seus funcionários a respeito da empresa. Os dados obtidos orientam a elaboração de planos de ação para a melhoria. Para garantir o pleno exercício da liberdade de opinião, o correto tratamento e a segurança das informações, a pesquisa é realizada por consultoria externa especializada.

O Índice de Satisfação aferido em 2018 - 74,31% - representa um crescimento de 3,86 pontos percentuais em relação a 2017, sendo ainda o melhor resultado obtido em oito anos. O percentual ainda mantém a empresa no nível de satisfação considerado Regular, de acordo com a metodologia da pesquisa. O aumento no número de participantes na PCO 2018 também deve ser destacado, pois reflete o reconhecimento da importância da iniciativa pelos funcionários.

Evolução do Clima Organizacional



	2016	2017	2018
Total de Funcionários Participantes	1.494	1.544	1.553
Índice de Satisfação	67,01	70,45	74,31
Nível de Satisfação	Regular	Regular	Regular

5. Gestão Financeira

Em 2018, à semelhança dos anos anteriores, a distribuição do valor adicionado para os empregados foi superior às demais destinações, totalizando R\$ 237,6 milhões, o que representa 46,5% do montante total distribuído. [201-1]

R\$ mil

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
2018	Valor	%
Governo	R\$ 213.303	41,70%
Empregados	R\$ 237.617	46,50%
Acionistas	R\$ 33.214	6,50%
Remuneração de Capital Próprio	R\$ 26.494	5,20%
Remuneração de Capital de Terceiros	R\$ 872	0,20%
Valor Adicionado 2018	R\$ 511.500	100%
2017	Valor	%
Governo	R\$ 211.633	44,40%
Empregados	R\$ 237.343	49,80%
Acionistas	R\$ 15.273	3,20%
Remuneração de Capital Próprio	R\$ 11.777	2,50%
Remuneração de Capital de Terceiros	R\$ 170	0,00%
Valor Adicionado 2017	R\$ 476.196	100%
2016	Valor	%
Governo	R\$ 205.065	42,50%
Empregados	R\$ 216.931	45,00%
Acionistas	R\$ 35.292	7,30%
Remuneração de Capital Próprio	R\$ 25.120	5,20%
Remuneração de Capital de Terceiros	R\$ 39	0,00%
Valor Adicionado 2016	R\$ 482.447	100%

O detalhamento das informações financeiras encontra-se no Relatório de Administração, às páginas 42 - 78.

A Prodesp reafirma seu compromisso de oferecer remuneração justa e condizente com a legislação. O menor salário aprovado pela convenção coletiva é de R\$ 1.141,00 e o menor salário pago pela empresa é de R\$ 1.298,41, valor 13,8% superior. A política de contratação e remuneração obedece às normas legais previstas para o setor público, não havendo interferência em função do gênero e/ou opiniões de stakeholders. [202-1]

6. Gestão Ambiental



8. DESENVOLVER

iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.



6.1. Áreas Protegidas e Reservas

[304-1;304-2;304-3;304-4]

Em sua totalidade, a sede da Prodesp possui vegetação composta por árvores isoladas nativas e exóticas, gramado e algumas áreas de bambuzal, com predominância do agrupamento Floresta Ombrófila Densa (Bioma Mata Atlântica) e fragmentos de vegetação secundária que se concentram no entorno do empreendimento.

A Prodesp não possui unidades operacionais dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas, habitats protegidos ou restaurados, tampouco gera impactos em áreas com espécies incluídas em listas de conservação.

No entanto, dos 150 mil m² de área total do terreno de sua sede, a Prodesp mantém 97 mil m² de área verde preservada, onde estão plantadas cerca de 300 árvores, das quais 73 frutíferas. Ainda assim, a PRODESP está localizada em zona urbana sendo que no entorno da área do empreendimento, observam-se casas, comércios e serviços.

Intervenções de qualquer natureza são precedidas de análises técnicas realizadas por empresas especializadas.

O compromisso ambiental também motivou a contratação da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) para a realização de estudo técnico especializado para construção de muro na divisa norte da sede da empresa, atendendo as exigências estabelecidas na Portaria nº 51/05 do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais.

Há oito anos a Prodesp possui a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental pela norma ISO 14001, cuja renovação ocorreu em 2018 com validade até 2021. Utiliza-se a metodologia de Análise de Impacto Ambiental (AIA) que classifica os ativos em cinco categorias: água, ar, solo, recursos naturais e comunidade. Assim, tem-se um sistema eficiente para evidenciar as ações de melhoria e oferecer um plano de tratamento de riscos com a seguinte abrangência:

- identificação e aceitação de determinados riscos;
- identificação dos controles;
- ações para tratar determinados riscos com o provimento de recursos,
- realização e medição da eficácia dos controles implantados;
- avaliação de resultados e promoção da nova definição da Prioridade de Atuação de Risco (PAR).

A AIA permitiu à Prodesp dimensionar os ativos impactados por riscos ambientais inaceitáveis e agir com investimentos e obras de infraestrutura para extinguir definitivamente as ameaças.

A Semana do Meio Ambiente 2018, realizada pelo Comitê de Sustentabilidade, abordou temas de gestão ambiental e práticas sustentáveis.

6.2. Energia

[302-1;302-4]

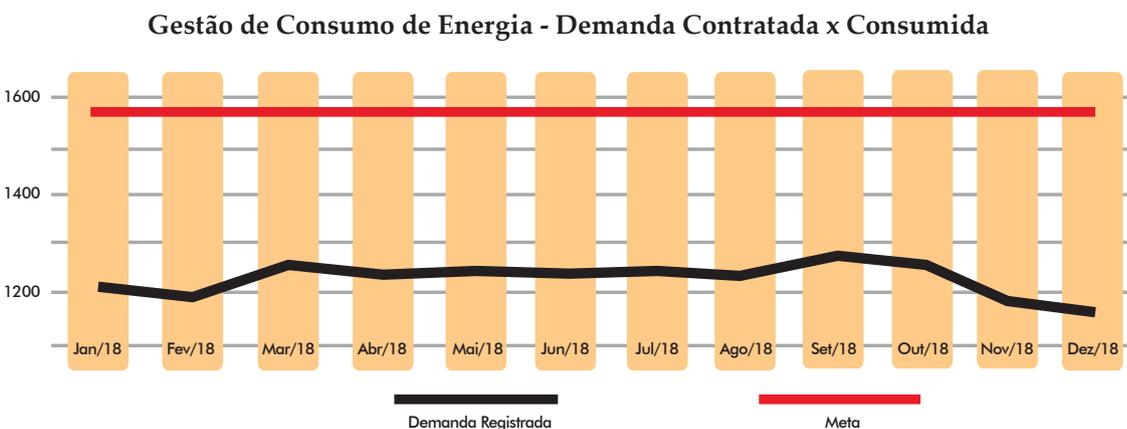
Pelas características do negócio da empresa, energia é um aspecto com importante destaque na Matriz de Materialidade e tem recebido iniciativas constantes em diversas frentes. Mensalmente, o Comitê de Sustentabilidade monitora o consumo de energia na sede da Prodesp, de tal modo que o resultado tem se mantido estável após a substancial redução de 81,5% no consumo de energia de fontes não renováveis em 2017.

Consumo de energia

Em Joules

	2016	2017	2018
Fontes não Renováveis	2,45*10 ¹²	0,704*10 ¹²	0,75*10 ¹²
Fontes Renováveis	3,20*10 ⁹	1,82*10 ⁹	0,51*10 ⁹

A estabilidade no abastecimento de energia favoreceu a redução no uso de geradores, bem como a extinção da caldeira. Estas duas ações propiciaram redução no consumo de óleo diesel que passou de 28,4 mil litros em 2017 para 20,6 mil litros em 2018, resultando em uma economia de 28%. Em se tratando do consumo de energia elétrica, a Prodesp permanece abaixo da meta de consumo, inclusive com níveis decrescentes na comparação mensal.





6.3. Água e Efluentes

[303-3;303-4;303-5]

A Prodesp promove ações e campanhas para o uso consciente da água. Como resultado de tais medidas, o consumo continua diminuindo na sede da empresa.

Consumo de Água Em m3

	2016	2017	2018
Volume	22.240	21.996	21.786
Redução/Aumento	- 11,5%	-1,10%	-0,95%

A economia, entretanto, não pode ser exatamente dimensionada devido à ocorrência de situações não mensuráveis. A quantidade volátil de pessoas transitando durante o ano na sede da companhia é um dos fatores que interferem diretamente no cálculo preciso do consumo.

Atualmente, a Sabesp é a única fornecedora de água para a sede da Prodesp, sendo que o descarte é proporcional ao volume coletado



6.4. Reciclagem

[301-1]

Com a finalidade de contribuir com a preservação ambiental e o aproveitamento de materiais de acordo com os princípios da economia circular, a Prodesp tem uma política de encaminhar bens e materiais inservíveis para leilões. Em 2018, tiveram essa destinação os seguintes materiais:

Sucata de papel branco e misto	21.500 Kg
Sucata de vidro	360 Kg
Sucata de Plástico e Copos Descartáveis	2.874 Kg
Sucata de Papelão	6.561 Kg

A reforma realizada nas suas áreas administrativas gerou uma quantidade atípica de entulho. Todos os resíduos - como gesso, ferro, madeira e outros - foram devidamente separados em caçambas e encaminhados para o descarte correto.

Em 2016, a Prodesp implantou um programa de acompanhamento do ciclo de vida das lâmpadas para substituição das antigas fluorescentes pelos novos modelos de LED, a fim de garantir a compra de produtos com maior durabilidade e reduzir a geração de resíduo pós-consumo.

Com a finalização do processo de substituição e a completa adequação para os novos modelos, nota-se uma consistente redução no volume de descarte. Em 2018, 2,5 mil lâmpadas foram substituídas, sendo que o volume total foi encaminhado para empresas responsáveis pela correta destinação final dos materiais.

6.5. Gases de Efeito Estufa - GEE

[305-1]

O inventário de emissões de gases de efeito estufa é elaborado pela própria organização em consonância com a Lei nº 13.798/2009, que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) e orienta que o Estado de São Paulo deve reduzir, em relação ao nível de 2005, 20% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) até 2020.

Com base nas diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e na Metodologia de Inventário de Gases Efeito Estufa, a Prodesp realiza atividades que atendem à lei mencionada, adaptando-a a especificidades da gestão ambiental da empresa. Em 2018, foi dada continuidade ao levantamento das emissões de Gases de Efeito Estufa com a intenção de dimensionar os impactos da atividade da companhia no meio ambiente e prepará-la para atender novas legislações.

De acordo com a tabela a seguir, continuou a redução nas emissões de fontes não renováveis, graças à substituição de veículos a gasolina por outros a álcool e à continuidade de planejamento das manutenções da usina de geração de energia elétrica da empresa. Uma maior estabilidade no fornecimento de energia pela concessionária contribuiu para uma menor necessidade de acionamento da usina de energia da companhia.

Ano	tCO _{2eq}	C _{O₂} - Biomassa
2015	216	34
2016	278	36
2017	127	23
2018	119	87

Nota: O inventário apresentado abrange apenas as fontes de escopo 1 (emissões diretas provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela empresa). A inclusão dos demais escopos depende de avaliações técnicas a serem consideradas nos próximos anos.

As boas práticas adotadas pela Prodesp garantiram mais um ano sem multas ou sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

[307-1]

Como desafio para 2019, está em estudo a inserção no inventário de fontes do escopo 2 - Eletricidade (abordagem de localização), que ampliará a percepção dos impactos ambientais da empresa, preparando-a para futuras ações de compensação.



8. DESENVOLVER
iniciativas e práticas
para promover
e disseminar a
responsabilidade
socioambiental.



7. Gestão Social



1. RESPEITAR
e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.



3. APOIAR
a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.



4. ELIMINAR
todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.



5. ERRADICAR
todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.



6. ESTIMULAR
práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.



7.1. Práticas Trabalhistas

[401-1]

Em função da sua localização, a força de trabalho contratada pela Prodesp encontra-se inteiramente no Estado de São Paulo. No entanto, zelando pelo favorecimento da igualdade de gêneros e oportunidades, a Prodesp toma medidas capazes de garantir que seus processos de seleção sejam capazes de oferecer as mesmas condições para todos os candidatos.

A Prodesp encerrou o exercício de 2018 com 1.843 funcionários, incluindo profissionais concursados, nomeados, estagiários e temporários. Todos os colaboradores Prodesp são cobertos por acordo de negociação coletiva.

Trabalhadores por tipo de contrato e gênero

Vínculo	2016		2017		2018	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Funcionários	1.150	786	1.108	752	1.070	720
Jovens Aprendizizes	2	19	3	11	6	14
Estagiários	14	12	11	18	11	22
Total	1.983		1.903		1.843	

Os números de contratações e de rotatividade representam um sistema dinâmico que opera em função das necessidades do negócio. Em 2018, tanto o percentual de contratação quanto o de rotatividade se apresentaram mais elevados entre mulheres abaixo de 30 anos, conforme quadro a seguir:

Trabalhadores por contratações e rotatividade

Faixa Etária	MULHER				HOMEM			
	Contratações	%	Desligamentos	%	Contratações	%	Desligamentos	%
Abaixo de 30 anos	27	71,05%	18	47,37%	18	43,90%	12	29,27%
Entre 30 e 50 anos	11	3,77%	13	4,45%	10	2,27%	21	4,77%
Acima de 50 anos	3	0,70%	34	7,98%	5	0,83%	35	5,78%

Após os períodos de licenças maternidade e paternidade, foi registrado 100% de retorno ao trabalho. [401-3]

A Prodesp afirma cumprir integralmente os compromissos assumidos em acordos coletivos, sem que haja prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais. No tocante às informações pertinentes à área de Segurança do Trabalho, há o cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (NRs), que incluem comunicações sobre os processos eleitorais da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e os Comunicados de Acidentes de Trabalho (CAT).

Os colaboradores que atuam em regime temporário ou com carga horária reduzida possuem os mesmos benefícios concedidos àqueles que atuam em regime integral. [\[401-2\]](#)

Todos os contratos firmados entre a Prodesp e as empresas prestadoras de serviços preveem a prestação de contas mensal dos devidos pagamentos e recolhimentos legais a cada um dos colaboradores. A companhia realiza o monitoramento mensal das responsabilidades legais, garantindo que seus fornecedores cumpram integralmente com as obrigações previstas na legislação. Desse modo, os devidos benefícios àqueles que atuam direta ou indiretamente em suas atividades são assegurados.

A totalidade da força de trabalho da Prodesp conta com o apoio do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), uma equipe de profissionais voltada à proteção da integridade física dos trabalhadores. Da mesma forma, a sede da organização conta com 12 colaboradores que integram a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

7.2. Treinamentos

[\[404-1;412-2\]](#)

Em 2018, foram realizadas 44,8 mil horas de treinamento, número 21% superior ao ano anterior. As atividades de capacitação foram distribuídas em mais de oito mil atividades que reuniram 1.740 participantes, com média de 25,78 horas de treinamento / funcionário.

Capacitação

Em horas / homem

Cargo	Carga Horária					
	2016		2017		2018	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Diretores	-	42	-	46	-	72
Superintendentes	10	169	-	130	-	126
Gerentes	328	992	319	970	605	1.592
Coordenadores	2.288	2.746	2.075	2.045	2.916	3.107
Demais colaboradores	8.939	20.128	10.007	21.609	12.900	23.534

Dentro do Ciclo Anual de Avaliação Funcional, foi implantada em 2017 a avaliação de competências comportamentais relacionadas aos valores da Prodesp - compromisso com resultados, foco no cliente, inovação e conhecimento; e liderança e comunicação. Para identificar potenciais de melhoria, o resultado da Avaliação de Competências de cada funcionário foi cruzado com o seu desempenho na execução das metas do Programa de Participação de Resultados em uma

matriz de cinco quadrantes denominada Five Box. A posição do funcionário nessa matriz foi usada para a elaboração de seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Todo esse processo foi registrado no Performa, sistema de gestão de desempenho dos funcionários da Prodesp. Em 2018, foram elaborados 1.519 PDIs, sendo que 881 funcionários foram capacitados no mesmo ano.

Em se tratando do treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, em 2018 a Prodesp ofereceu treinamento a 100% dos seus funcionários, conforme relatado no respectivo item deste relatório.



Em maio de 2018, a Coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento da Prodesp lançou o Canal da Aprendizagem, "Canal A", para disseminar conhecimento e informações sobre eventos internos e externos, cursos e outras possibilidades de aprendizado. Tudo disponível no Portal Corporativo Prodesp. Assim, a Prodesp inova e confirma sua preocupação não só com o conteúdo, mas também com a forma com que este deve ser transmitido, seja em ambientes presenciais ou virtuais. Em sete meses de existência do canal, houve a publicação de 87 cursos e 230 eventos gratuitos, além de mais de uma centena de artigos de diversos temas.

7.3. Saúde

[403-1;403-3;403-6;403-8;403-9;403-10]

A Prodesp possui Comitê de Saúde formado por membros ativos da empresa, responsável por todos os programas de promoção da saúde e prevenção de doenças. Esse grupo organiza campanhas, palestras e outros eventos de educação em saúde dentro do ambiente de trabalho. Reavaliação no estilo de vida das pessoas é outra iniciativa que busca envolver e despertar para a importância do estabelecimento de uma vida saudável.

Em parceria com a operadora do plano de saúde oferecido aos funcionários, é disponibilizado o Programa Mais Saúde (Porque Eu Mereço). Planejado de maneira organizada e sistematizada, ele tem como objetivo a prevenção e o controle das doenças ocupacionais e não ocupacionais e mantém estreita relação com outras ações de saúde desenvolvidas pela empresa.

Os dados estatísticos obtidos nos exames de saúde (NR7) servem de subsídios para a elaboração das ações. Por isso, elas podem sofrer modificações, inclusões ou mesmo exclusões quando houver justificativa técnica.

Todo o programa está apoiado nos seguintes pilares:

- Estimular e facilitar a adoção de hábitos pessoais e práticas organizacionais saudáveis, com foco na atividade física, alimentação saudável, gerenciamento do estresse, combate ao tabagismo e ao uso de drogas;
- Saúde Social e Profissional e na Organização do Trabalho;
- Identificação e controle dos riscos ocupacionais;
- Programa de Prevenção de Doenças osteomusculares;
- UCP - Unidade de Correção Postural, relacionado com o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) da companhia.

O detalhamento das doenças por tipo teve início em 2016 e permitiu maior compreensão acerca dos problemas mais recorrentes. A partir de então, o Comitê de Saúde passou a desenvolver ações específicas que contribuíram para a redução de 79% no volume de registros no ano seguinte. Em 2018, foram registrados 5.758 dias perdidos. Respeitando o escopo deste relatório, a análise retratada no quadro a seguir compreende os funcionários da sede da Prodesp.



		Tratamento de saúde psicológica			Tratamento demais casos de saúde			Doenças ocupacionais (LER, DORT)		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Mulheres	Branca	119	36	24	2707	475	539	188	17	81
	Preta	102	2	2	134	32	52	151	1	5
	Parda		4	4	365	95	106	15	2	18
	Amarela	11		1	302	71	56	13		14
	Indígena	6			12			9		
	Não inf.				2	1	1		4	1
Homens	Branco	83	13	11	1831	511	473	105	9	73
	Preto	66			86	31	28	87	2	5
	Pardo	1			341	84	74	3	3	17
	Amarelo	2	1		245	73	50	10		6
	Indígena	14			9			5		
	Não inf.				3	4	1			1
Total		404	56	42	6037	1377	1380	586	38	221



6. ESTIMULAR

práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.

5 IGUALDADE DE GÊNERO



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



7.4. Sociedade

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que abrange colaboradores e gestores da Prodesp e do Poupatempo, tem como objetivo expandir a reflexão sobre diferentes temas relacionados à responsabilidade social e ao respeito aos direitos humanos, contribuindo, assim, para a eliminação da discriminação de gênero e raça no mundo corporativo e para a criação de um ambiente de trabalho agradável, motivador, produtivo e participativo, por meio do diálogo, conduta ética e responsabilidade na condução dos negócios.

Em 2018, o programa promoveu campanha de conscientização para estimular a denúncia de atos de violência contra a mulher e deu continuidade a suas ações de sensibilização com a realização da palestra “Assédio Moral e Sexual no Trabalho”. Ocorreu, ainda, palestra presencial sobre “Assédio Moral e Sexual” voltada especificamente ao público vulnerável.



7.5. CoopJovem

Desde a fundação da Sociedade Cooperativa de Trabalho de Assistentes ao Jovem - CoopJovem, em junho de 1989, a Prodesp fornece apoio integral à entidade, que desenvolve programas de socialização e iniciação profissional para adolescentes da cidade de Embu das Artes.

A cada ano, é selecionado um grupo de 60 treinandos, com idades entre 14 e 17 anos e 11 meses, que permanece no projeto por um ano letivo. Para participar, é condição essencial que o adolescente seja aluno de escola da rede pública de ensino. Os interessados podem obter mais informações no site www.coopjovem.org.br.

Durante o programa, a Prodesp oferece suporte à Coopjovem e cede estrutura física e logística para a realização de cursos de horticultura orgânica, panificação, marcenaria, informática básica, competências essenciais para o mercado de trabalho e montagem e manutenção de computadores, entre outros. Além disso, fornece alimentação e transporte para os adolescentes e autoriza funcionários que queiram participar do projeto como voluntários. Em 2018, 45 colaboradores da Prodesp se engajaram voluntariamente nas atividades da cooperativa.

As aulas de horticultura, marcenaria e artesanato estimulam o respeito à natureza, a reutilização de materiais e a preservação do meio ambiente. A produção da horta orgânica e da padaria artesanal é vendida aos próprios funcionários da Prodesp. Já os objetos de marcenaria, como brinquedos educativos e peças de decoração que são produzidos pelos jovens acima de 15 anos, são comercializados junto aos funcionários e também em feiras, eventos, escolas e prefeituras.

Um conjunto de 19 palestras educativas sobre assuntos pertinentes à faixa etária dos treinandos, como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, equilíbrio das emoções, motivação no trabalho e alimentação saudável, são oferecidas com o objetivo de orientar e favorecer o desenvolvimento pessoal.

Paralelamente aos cursos de iniciação profissional, os treinandos da Coopjovem têm aulas de inglês e reforço em matemática, português e redação. Orientação profissional, noções de habilidades administrativas, relações interpessoais e marketing pessoal, também contribuem para o preparo para o mercado de trabalho.

No segundo semestre de cada ano, os treinandos passam por vivências profissionais em diferentes áreas da companhia, onde começam a adquirir experiência e contato com o mundo corporativo. Após o período de vivência, recebem feedback dos seus orientadores. Em 2018, a nota média dos adolescentes na vivência foi 9, em uma escala de 0 a 10.

Desde 2017, a Prodesp possui parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para o aproveitamento dos formandos da Coopjovem no Programa Aprendiz CIEE. Como resultado, 21 jovens foram contratados e já estão atuando no mercado de trabalho. No total, 54 treinandos concluíram o programa em 2018.





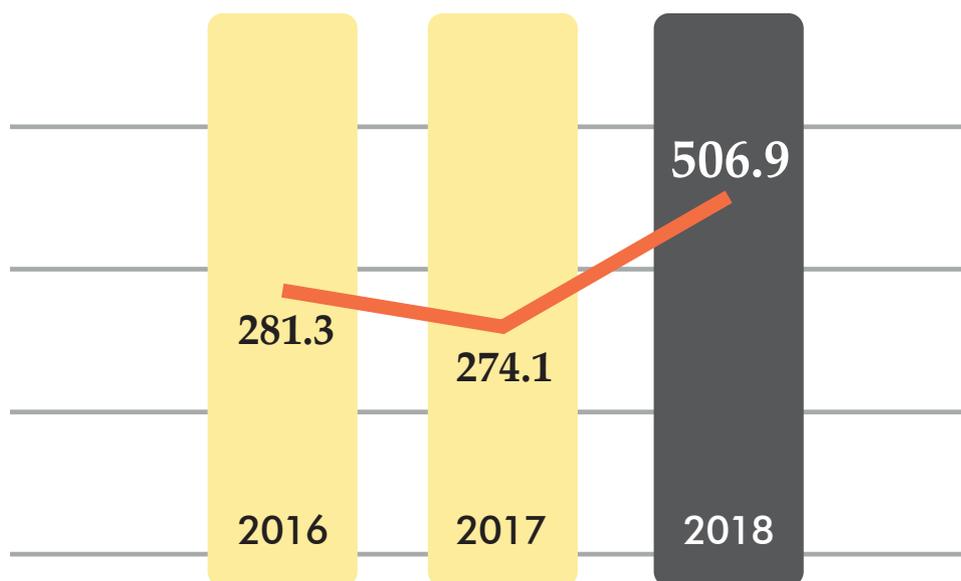
7.6. Campanha do Agasalho

Os colaboradores da Prodesp e do Poupatempo já estão acostumados a participar da Campanha do Agasalho que há mais de uma década é promovida pelo Fussesp - Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

O objetivo é arrecadar roupas, calçados e cobertores para entrega em asilos, comunidades, hospitais, albergues, creches e outras instituições. A campanha representa uma ação social de elevado impacto para as pessoas em situação de vulnerabilidade, sem recursos para se protegerem do frio.

Empresas fornecedoras da Prodesp e o cidadão que utiliza os serviços do Poupatempo também contribuem com a campanha. O volume de peças arrecadadas em 2018 apresentou um aumento de 84,9% em comparação com o ano anterior. As cerca de 507 mil peças de roupas, calçados e cobertores arrecadados em 2018 beneficiaram 230 instituições sociais.

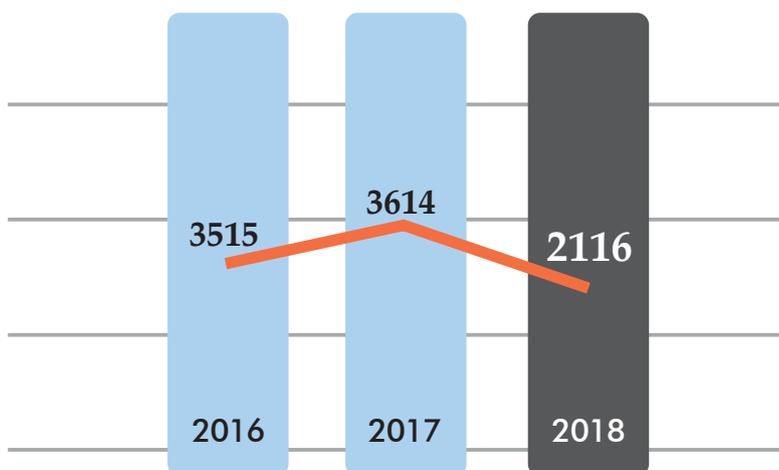
Peças Doadas (mil)



7.7. Adote um Sorriso

Na campanha Adote um Sorriso, funcionários da Prodesp e do Poupatempo presenteiam crianças, adolescentes ou idosos de instituições beneficentes com kits contendo roupas, calçados, brinquedos, livros e itens de higiene pessoal, entre outros. Em 2018, na sétima edição da campanha, foram arrecadados 2,1 mil kits.

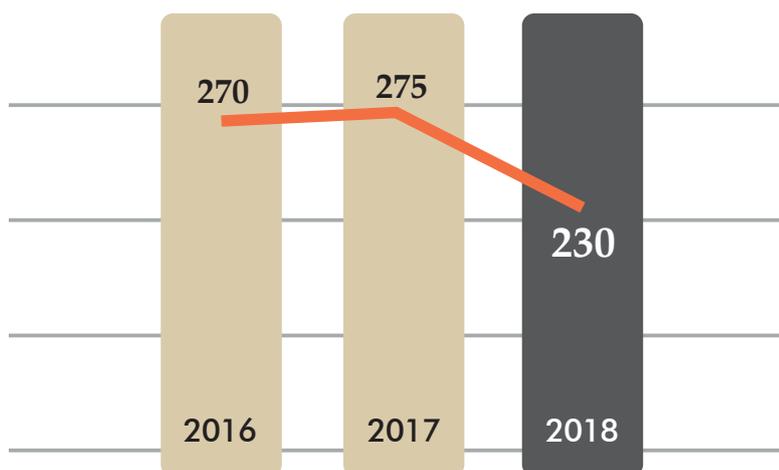
Kits arrecadados



7.8. Doação de Sangue

Anualmente, a Prodesp e os postos Poupatempo realizam ação conjunta com a Fundação Pró-Sangue - Hemocentro de São Paulo para a participação dos seus colaboradores na campanha de doação de sangue. A quarta edição da campanha, realizada em 2018, resultou na coleta de 230 bolsas de sangue, quantidade suficiente para atender cerca de 920 pessoas.

Bolsas de sangue coletadas

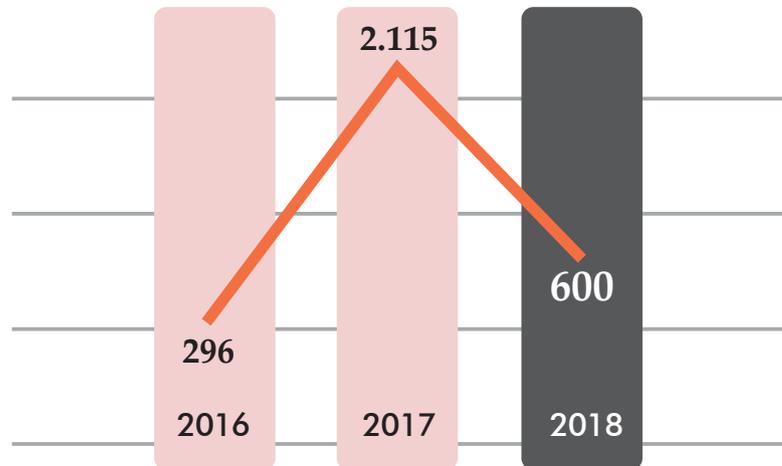




7.9. Fio Generoso

Em 2018 também ocorreu a quarta edição da campanha Fio Generoso, que arrecadou 600 mechas de cabelo natural, doadas à Associação das Voluntárias do Hospital das Clínicas de São Paulo para confecção de perucas destinadas a pacientes em tratamento no Instituto de Câncer do Estado de São Paulo - Icesp.

Mechas doadas



Fio
GENEROSO

7.10. Dependência Química

Desde 1985 a Prodesp oferece Programa de Tratamento de Dependência Química destinado a funcionários e seus respectivos familiares. O programa já ofereceu atendimento a 81 pessoas, incluindo a internação de um colaborador em 2018.

Os objetivos do programa são:

- identificar e encaminhar para tratamento funcionários e dependentes com problema de dependência química;
- oferecer alternativas de tratamento ao dependente químico, proporcionando-lhe conscientização sobre a doença, melhor qualidade de vida e condições de retorno à empresa;
- instrumentalizar e criar canais de apoio aos gestores que tenham subordinados dependentes químicos;
- desenvolver ações preventivas e educativas, sensibilizando a população da Prodesp sobre o assunto e gerando agentes multiplicadores para a comunidade como um todo;
- proporcionar aos profissionais da empresa mudança de conceito, visando a aceitação da dependência química como doença tratável.

Como medidas preventivas e de conscientização, são realizadas palestras sobre dependência química e codependência, inclusive com a participação dos adolescentes da Coopjovem. O objetivo é oferecer oportunidade de tratamento e acolhimento para pessoas em situação de risco psicológico e físico, além de acesso à informação como forma de educação preventiva.



7.11. Visitas Corporativas

No Dia Diferente, em comemoração ao Dia das Crianças, a Prodesp abre suas portas para que filhos de colaboradores e terceirizados visitem o local de trabalho dos seus pais / mães. Em 2018, a ação ocorreu na sede e em várias unidades do Poupatempo, resultando na participação de 237 crianças.

Já o Programa de Visitas Corporativas para colaboradores, estudantes de cursos técnicos e superiores da área de tecnologia da informação e comunicação registrou 137 participações. As visitas contam com apresentação institucional e acesso monitorado ao Data Center, permitindo conhecer um pouco mais sobre o papel e a importância da Prodesp para o Governo do Estado de São Paulo e o cidadão. A redução de 50,7% no número de visitas técnicas em relação ao ano anterior deve-se ao atendimento à legislação eleitoral que impede a publicidade institucional nos três meses que antecedem o pleito.

Instituição	Visitantes
Etec de São Bernardo do Campo	22
Etec de São Vicente	45
Fatec de Jundiaí	23
Senac de Taboão da Serra	47
Total	137

Nestes dois momentos, o que se busca é a aproximação da Prodesp com a comunidade. Trata-se de abrir os portões para que a sociedade possa conhecer as dependências da organização. Assim, criam-se vínculos familiares com os filhos de colaboradores que passam a conhecer o ambiente de trabalho dos pais e oferece-se estímulo aos colaboradores e jovens de cursos técnicos que aspiram pelo desenvolvimento de uma carreira profissional.

7.12. Incentivo à cultura

A excelência na gestão empresarial tem assegurado a destinação de recursos para patrocínios e doações incentivadas previstos na legislação. Desde 2013, já foram destinados mais de R\$ 4,5 milhões para a cultura, o esporte, programas voltados ao idoso, crianças e adolescentes e para a promoção da saúde. Apenas em 2018, o montante de doações e patrocínios atingiu R\$ 244,9 mil. [201-4]

Patrocínios e Doações em 2018			
Beneficiado	Projeto	Tipo Incentivo	Valor (R\$)
Assoc. Sociedade Cultura Artística	Cultura Artística 2018	Lei Rouanet	75.000,00
Realejo Editora Ltda	Tarrafa Literária	Lei Rouanet	33.800,00
Total Lei Rouanet (4%)			108.800,00
Fundo Estadual do Idoso	-	Idoso	27.215,42
Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	-	Condeca	27.215,42
Total Fundos (2%)			54.430,84
Associação Hurra	Rugby Cidadão Ano IV	Desporto	27.215,42
Total Desporto (1%)			27.215,42
Hospital das Clínicas Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP	Implantação do Centro de Oncologia Ocular	Pronon	27.215,42
Total Oncologia (1%)			27.215,42
APAE Cabo Frio - RJ	Serviços de Equoterapia	Pronas / PCD	27.215,42
Total Pessoa com Deficiência (1%)			27.215,42
Total dos Incentivos Fiscais (9% do IR devido)			244.877,10

A Prodesp adota a prática de doação de eventuais convites recebidos como contrapartida do patrocínio a eventos para funcionários e clientes.



8. Relatório de Asseguração

[102-56]

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
Taboão da Serra - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada sobre o Relatório Anual 2018 de Sustentabilidade da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborado sob a responsabilidade da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp. Nossa responsabilidade é a de emitir um Relatório de Asseguração Limitada sobre esse Relatório Anual.

Procedimentos aplicados

Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade e com a ISAE 3000 International Standard on Assurance Engagements, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board - IASB, ambas para trabalhos de asseguração que não sejam de auditoria ou de revisão de informações financeiras históricas.

Os procedimentos de asseguração limitada compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório Anual 2018 da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; (c) confronto, em base de amostragem, das informações quantitativas e qualitativas com os indicadores divulgados no Relatório Anual 2018 da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp; e (d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis. Os trabalhos de asseguração compreenderam, também, a análise de aderência às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI - Standards).

Critérios de elaboração das informações

As informações do Relatório Anual 2018 da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp foram elaboradas de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI - Standards).

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual 2018 da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguarção sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Conclusão

Com base em nosso trabalho, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual 2018 da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não estão apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes GRI - Standards e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

São Paulo, 21 de junho de 2019.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC 2RS003688/O-2 'T' SP

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 'T' SP

9. Sumário de Conteúdo GRI

[102-55]

GRI 101: Fundamentos 2016		
Divulgações gerais		
GRI 102: Divulgações gerais 2016 – Perfil organizacional		
102-1	nome da organização	82
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	90
102-3	Localização da sede da organização	84
102-4	Localização das operações	84
102-5	Natureza da propriedade e forma jurídica	85
102-6	Mercados atendidos	84
102-7	Porte da organização	85
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	
102-9	Cadeia de fornecedores	100
102-10	Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	100
102-11	Abordagem do princípio da precaução	
102-12	Iniciativas externas	
102-13	Membros em associações	89
GRI 102: Divulgações gerais 2016 – Estratégia		
102-14	Declaração do decisor mais graduado	80
102-15	Principais impactos riscos e oportunidades	96
GRI 102: Divulgações gerais 2016 – Ética e integridade		
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	93
102-17	Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética	98
GRI 102: Divulgações gerais 2016 – Governança		
102-18	Estrutura de governança	92/94
102-19	Delegação de autoridade	92
102-20	Funções de nível executivo como responsáveis pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais	82
102-21	Consulta aos stakeholders sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	96
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês	
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	80
102-24	Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança	
102-25	Conflito de interesses	97
102-26	Papéis do mais alto órgão de governança na configuração do propósito, valores e estratégias	
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	

102-28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança	
102-29	Identificação e gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais	
102-30	Eficácia da gestão de riscos	
102-31	Revisão dos tópicos econômicos, ambientais e sociais	82
102-32	Papel do mais alto órgão de governança no relatório de sustentabilidade	82
102-33	Comunicação de preocupações críticas	
102-34	Natureza e número total de preocupações críticas	
102-35	Políticas de remuneração	95
102-36	Processo para a determinação da remuneração	95
102-37	Envolvimento de stakeholders na remuneração	
102-38	Proporção da remuneração anual total	
102-39	Aumento percentual da proporção de remuneração anual total	
Divulgações gerais 2016 – Engajamento das partes interessadas		
102-40	Lista de grupos de stakeholders	100
102-41	Acordos de negociação coletiva	
102-42	Identificação e seleção de stakeholders	100
102-43	Abordagem para engajamento de stakeholders	101
102-44	Principais tópicos e preocupações levantadas	101
GRI 102: Divulgações gerais 2016 – Práticas de relato		
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	
102-46	Definição do conteúdo do relatório e seus limites	
102-47	Lista de tópicos materiais	
102-48	Reformulações de informações	
102-49	Alterações no relatório	82
102-50	Período coberto pelo relatório	82
102-51	Data do relatório mais recente	82
102-52	Ciclo de emissão	82
102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	82
102-54	Opção de acordo do Padrão GRI	82
102-55	Sumário de conteúdo GRI	122
102-56	Asseguração externa	120
Tópicos materiais		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016		
103-1	Explicação do tema material e seus limites	83
103-2	A forma de gestão e seus componentes	
103-3	Evolução da forma de gestão	
GRI 201: Performance econômica		
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	103
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas	

201-3	Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de aposentadoria	
201-4	Assistência financeira recebida do governo	119
GRI 202: Presença de mercado 2016		
202-1	Variação da proporção do salário mais baixo, por gênero, comparado ao salário mínimo local	103
202-2	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local	
GRI 203: Impacto econômico indireto 2016		
203-1	Investimento em infraestrutura e serviços	
203-2	Impacto econômico indireto	
GRI 204: Práticas de compra 2016		
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	
GRI 205: Anticorrupção 2016		
205-1	Operações submetidas a avaliações de riscos relacionadas à corrupção	
205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	
205-3	Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	
GRI 206: Concorrência desleal 2016: Não material		
206-1	Ações judiciais por comportamento anticoncorrencial, antitruste, e práticas de monopólio	
GRI 301: Materiais 2016: Não material		
301-1	Materiais usados, por peso e volume	106
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem	
301-3	Produtos e suas embalagens recuperados	
GRI 302: Energia 2016: Não material		
302-1	Consumo de energia dentro da organização	105
302-2	Consumo de energia fora da organização	
302-3	Intensidade energética	
302-4	Redução no consumo de energia	105
302-5	Reduções no consumo de energia de produtos e serviços	
GRI 303: Água 2016		
303-1	Interações com a água como recurso compartilhado	
303-2	Gestão de impactos relacionados à descarga de água	
303-3	Retirada de água	106
303-4	Descarte de água	106
303-5	Consumo de água	106
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	104

304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	104
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	104
304-4	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização	104
GRI 305: Emissões 2016		
305-1	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	107
305-2	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 2)	
305-3	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	
305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	
305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	
305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	
305-7	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	
GRI 306: Efluentes e resíduos 2016: Não material		
306-1	Descarte de água, discriminado por qualidade e destinação	
306-2	Resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	
306-3	Vazamentos significativos	
306-4	Transporte de resíduos perigoso	
306-5	Corpos d'água afetados por descargas e/ou drenagem de água	
GRI 307: Conformidade ambiental 2016		
307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	107
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores 2016: Não material		
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	
GRI 401: Emprego 2016		
401-1	Novas contratações de empregados e rotatividade	108
401-2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período	109
401-3	Retorno e retenção após licença-maternidade/paternidade	108
GRI 402: Relações trabalhistas 2016		
402-1	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais	
GRI 403: Saúde e segurança no trabalho 2016		
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	111
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	
403-3	Serviços de saúde ocupacional	111
403-4	Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança ocupacional	
403-5	Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	111

403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relações comerciais	
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde ocupacional e segurança	111
403-9	Lesões relacionadas ao trabalho	111
403-10	Problemas de saúde relacionados ao trabalho	111
GRI 404: Treinamento e educação 2016		
404-1	Média de horas de treinamento por ano por empregado	109
404-2	Programas de aprendizagem contínua e preparação para a aposentadoria	
404-3	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidade 2016		
405-1	Diversidade dos grupos responsáveis pela governança e da força de trabalho	
405-2	Razão do salário e da remuneração entre mulheres e homens	
GRI 406: Não discriminação 2016: Não material		
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	87
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva 2016: Não material		
407-1	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violados ou haja risco	
GRI 408: Trabalho infantil 2016: Não material		
408-1	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho infantil	
GRI 409: Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016: Não material		
409-1	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	
GRI 410: Práticas de segurança 2016: Não material		
410-1	Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	
GRI 411: Direitos dos povos indígenas e tradicionais 2016		
411-1	Casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais	87
GRI 412: Avaliação de fornecedores em direitos humanos 2016: Não material		
412-1	Operações que foram submetidas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto	
412-2	Treinamento de funcionários sobre políticas ou procedimentos de direitos humanos	98/109
412-3	Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	
GRI 413: Comunidades locais 2016		

413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	
413-2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	
GRI 414: Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas 2016: Não material		
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	
GRI 415: Políticas públicas 2016: Não material		
415-1	Contribuições políticas	97
GRI 416: Saúde e segurança do cliente 2016: Não material		
416-1	Produtos e serviços para os quais são avaliados impactos na saúde e segurança	90
416-2	Casos de não conformidade relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança	90
GRI 417: Rotulagem de produtos e serviços 2016: Não material		
417-1	Exigências para informações e rotulagem de produtos e serviços	90
417-2	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços	90
417-3	Casos de não conformidade relativos a comunicações de marketing	90
GRI 418: Privacidade do cliente 2016: Não material		
418-1	Reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	
GRI 419: Conformidade socioeconômica 2016		
419-1	Não conformidade com leis e regulamentos nas áreas social e econômica	90

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Márcio França

SECRETÁRIO DE GOVERNO

Saulo de Castro Abreu Filho

PRODESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - João Germano Böttcher Filho (a partir de 25.04.2018) / Saulo de Castro Abreu Filho (até 25.04.2018). **Conselheiros** - Angela Aparecida Seixas - Membro Independente (a partir de 25.04.2018), Carlos André de Maria de Arruda (a partir de 11.01.2019), Carlos Joel Carvalho de Formiga Xavier (a partir de 28.02.2019), Gustavo de Magalhães Gaudie Ley (a partir de 28.02.2019), José Geraldo dos Santos - Membro Independente (a partir de 29.10.2018), Anderson de Oliveira Costa (de 29.10.2018 a 31.01.2019), Carlos César Moretzsohn Rocha (até 25.04.2018), Célio Fernando Bozola (até 11.01.2019), Daniel Eduardo Edelmuth (até 25.04.2018), Emília Ticami (até 25.04.2018), José Eduardo de Barros Poyares (até 25.04.2018), Julio Francisco Semeghini Neto (até 25.04.2018), Luiz Terêncio de Melo Filho (de 10.08.2018 a 31.01.2019), Moacir Rossetti (até 25.04.2018), Patrícia Faga Iglecias Lemos (até 25.04.2018), Rubens de Macedo Soares (de 25.04.2018 a 31.01.2019) e Sérgio Ricardo Ciavolih Mota (de 29.10.2018 a 31.01.2019).

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Carlos André de Maria de Arruda (a partir de 14.01.2019)

Célio Fernando Bozola (até 13.01.2019)

Diretor Administrativo-Financeiro

Murilo Mohring Macedo (a partir de 14.01.2019)

Carlos Roberto Ruas Junior (de 26.06.2018 a 13.01.2019)

Augusto Bezana (até 05.06.2018)

Diretor de Desenvolvimento de Sistemas

Carlos André de Maria de Arruda (cumulativamente, a partir de 14.01.2019)

Algney Denser Degasperi (até 13.01.2019)

Diretor de Serviços ao Cidadão

Wagner Coppede (cumulativamente, a partir de 14.01.2019)

Ilídio San Martin Machado (até 13.01.2019).

Diretor de Operações

Wagner Coppede (a partir de 14.01.2019)

João Henrique Poiani (até 13.01.2019)

EXPEDIENTE

Editor Geral: Carlos Barreira

Texto: Carlos Barreira (Relatório de Administração)

Alex Silva / Roberta Capote (Relatório de Sustentabilidade)

Projeto Gráfico / Infográficos: Ofelia Fuente

Fotos: Paulo Marques

Metodologia GRI: IGEFE Consultoria

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
CNPJ 62.577.929/0001-35 - NIRE 35300010035

Rua Agueda Gonçalves, 240 - Jd. Pedro Gonçalves - Taboão da Serra - SP - CEP 06760-900
PABX (11) 2845-6000 - FAX (11) 4787-0058

www.prodesp.sp.gov.br
prodesp@prodesp.sp.gov.br



prodesp

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO